

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026

Regência legal: Esta licitação obedecerá as disposições da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, das normas gerais da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e respectivas alterações, e demais regulamentações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA, TRANSPORTE PÚBLICO E TRÂNSITO, SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RURAL, SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA, TRANSPORTE PÚBLICO E TRÂNSITO, SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, por meio do(a) Núcleo de Licitações e Planejamento, sediado(a) Praça 07 de Setembro, 548, bairro Centro, na cidade de Santo Estêvão/BA, CEP 44.190-000, realizará licitação, para **Registro de Preços**, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, com critério de julgamento **Menor Preço**. **LOTES EXCLUSIVOS PARA ME/EPP E OUTROS LOTES PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO**, conforme Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006.

- **Data da sessão pública:** 09/07/2026
- **Início de acolhimento das propostas:** 10/06/2026
- **Limite de acolhimento das propostas:** 09/07/2026 até as 07:00 horas
- **Início da fase de disputa de preços:** 09/07/2026 às 09:00
- **Modo de disputa:** Aberto
- **Critério de julgamento:** Menor preço (LOTE)
- **Local da sessão pública:** No site <https://bll.org.br/>
- **Email:** licitacao@santoestevao.ba.gov.br
- **Pregoeira:** Lívia Martins Carneiro

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de uniformes, EPI's, acessórios e calçados para os servidores do Município de Santo Estêvão/BA, conforme exigências e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante no Termo de Referência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados na Plataforma BLL Compras (<https://bllcompras.com/Home/Login>).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento no BLL Compras.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4. e 3.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.4. e 3.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.12. estende-se a terceiro que auxilie a condução da

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste instrumento.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos- calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data estabelecida no preâmbulo.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DA GARANTIA DE PROPOSTA E DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

a) No momento da apresentação da proposta de preços inicial, cadastrada na plataforma de licitações BLL Compras, será exigida garantia de proposta, nos termos do Art. 58 da Lei nº 14.133/21. A comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, será como requisito de pré-habilitação.

b) O licitante deverá anexar, no momento do cadastro da sua proposta, no campo “documento — garantia de proposta” do portal BLL Compras, o seu arquivo que comprove a sua garantia de proposta. O referido documento anexado, será aberto e verificado a sua regularidade e requisitos legais, após a fase de lances.

c) A garantia de proposta deverá ser de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, e proporcionalmente à quantidade de lotes que o licitante participar, quando for o caso.

d) A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, quando for o caso.

e) Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

f) A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21.

g) A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

h) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

i) A garantia da proposta poderá ser prestada em umas modalidades previstas no § 1º do Art. 96 da Lei nº 14.133/21.

j) O licitante que não apresentar a garantia de propostas, nos termos estabelecidos neste Edital, será desclassificado, tendo em vista se tratar de requisito de pré-habilitação.

K) Número da conta, para garantia realizada através de caução em dinheiro: Branco do Brasil, Agência: 1133-9, Conta: 47.889-X. email: sefin@santoestevao.ba.gov.br

5.2. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.2.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1.1. Valor total do item expresso em Reais (R\$).

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

contidas, em conformidade e nos termos exatos do que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos eventualmente estabelecidos por normas municipais, quando participarem de licitações públicas;

5.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a data e horários estabelecidos.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item/lote (quando for aplicável cada um).

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto” hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

d) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

e) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

processo licitatório.

6.20.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. contiver vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

7.11. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9.1. A habilitação poderá ser verificada por meio do Registro Cadastral, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11.1. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam eventualmente contemplados no Registro Cadastral deverão ser anexados à plataforma, quando do cadastramento da proposta, em formato digital.

8.13. A verificação no Registro Cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: ([Lei 14.133/21, art. 64](#))

8.13.2. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16 – HABILITAÇÃO

a) Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

e) Caso não seja possível a consulta nos cadastros acima, a consulta poderá ser substituída pela certidão Consolidada Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e Certidão Negativa de Inidoneos e inabilitados dos sócios majoritários (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:6596180056520::NO:3,4,6>).

f) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

g) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

h) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.16.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16.2. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

8.16.3. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do site eletrônico <https://bll.org.br/>, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

8.16.4. Será solicitado os documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, que será verificada por meio do endereço eletrônico <https://bll.org.br/>, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica. No prazo de até 02:00 horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021, a partir da notificação do Pregoeiro.

8.16.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, em sede de diligência, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02:00 horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

8.16.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.16.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.16.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.16.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.17. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- g) Sociedades Cíveis: respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;
- h) Sociedades por Ações: Publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- j) Documentos de identificação do(s) sócio(s).

8.18. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) A prova de inscrição do item anterior se estende a todas as esferas da Federação caso o objeto corresponda a serviços de engenharia que envolvam o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local de prestação, conforme item 7.05 da Lista de serviços anexa à LC 116/2003.
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

a) Certidão negativa de concordância e falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

a.1) As empresas deverão comprovar capital mínimo social de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item/lote pertinente.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

c) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

d.1) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital — ECD ao Sped.

d.2) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

d.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

e) A licitante deverá complementar as informações relacionadas à qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de capital social de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação — Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado, poderá ser solicitado a apresentação do atestado com firma reconhecida, em sede de diligência.

b) Alvará de funcionamento;

8.21.SERÃO SOLICITADOS EXCLUSIVAMENTE PARA O LOTE 4 OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

a. Declaração de que apresentará no momento da entrega:

8.21.1. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA (RAT) e RELATÓRIO TÉCNICO EXPERIMENTAL (RETEX), ou LAUDO PROVISÓRIO, com normatização de aprovação exigida pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, por meio do CAEx, dentro do prazo de validade, em que estejam descritos os testes que foram submetidos e seus resultados, devendo ainda indicar as normas e especificações da NIJ STD 0101.04, do Ministério da Justiça dos Estados Unidos da América, e ser aprovado em testes realizados nos Campos de provas da Marambaia pelo Exército Brasileiro – Ministério da Defesa; e Certificado de Registro ou Título de Registro do produto apostilado.

a) Laudo da capa externa e interna do tecido utilizados na confecção dos coletes. Os laudos deverão ser emitidos pelo IPT, SENAI ou laboratório que seja acreditado pelo INMETRO.

b) Os coletes de proteção balística deverão obedecer às normas estabelecidas pelo Exército Brasileiro (EB), conforme Portaria nº 18 de 19/12/2006/MD - Ministério da Defesa e legislações complementares.

c) Certificado de Aprovação conforme Portaria nº 191 de 04 de dezembro de 2006

d) Título de Registro se for fabricante ou o Certificado de Registro, se comerciante, do objeto Colete Balístico, ambos expedidos pelo Exército Brasileiro;

e) Os coletes devem estar em conformidade com a portaria nº189 EME/2020, de acordo com a norma Padrão NIJ – Standart – 0101.04, no que diz respeito às normas balísticas, como também às exigências complementares.

f) Declaração de que apresentará, em momento oportuno: TÍTULO DE REGISTRO, acompanhado do apostilamento da autorização para fabricar e comercializar o objeto desta licitação, expedidos pelo Ministério da Defesa (Exército Brasileiro), através da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) ou pelo Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC), no caso de fabricante.

g) Os documentos comprobatórios das declarações das alíneas “a.4” a “a.9” deverão ser apresentados apenas pela licitante vencedora.

h) As capas, na parte interna, e os invólucros dos painéis balísticos dos coletes deverão possuir etiquetas de modo a identificá-los de maneira clara e durável, conforme disposto neste Memorial Descritivo e, no que couber, nas normas mencionadas. Todo o material utilizado como camadas no interior do invólucro deverá possuir as mesmas proporções de tamanhos e cortes. Não poderá existir nenhum tipo de propaganda do fabricante nas áreas visíveis do Colete Balístico (capa face externa) ou nos acessórios, a exemplo de etiquetas expostas,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

marcas impressas e/ou outras de mesma natureza, devendo estas estarem vinculadas às partes internas dos materiais, não visíveis e em conformidade com as normas e descrições do presente termo.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo estabelecido no item 9.2, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 02 (dois) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro (quando houver):

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.2.1. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de

habilitação ou inabilitação do licitante:

12.2.2. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.2.3. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será: 10 (dez) minutos.

12.2.4. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

12.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação;

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 5% a 10% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 20% a 30 % do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e

13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa em Registro Cadastral.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados em Registro Cadastral serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados diretamente na plataforma de realização da licitação.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.santoestevao.ba.gov.br/>

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.11.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (quando houver);

15.11.3. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

15.11.4. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;

15.11.5. ANEXO IV – Modelo de Declaração unificada;

15.11.6. ANEXO V - Modelo de Carta de Apresentação da Proposta;

15.11.7. ANEXO VI - Modelo de Planilha De Preços;

15.11.8. ANEXO VII - Modelo de Declaração de Micro Empresa de Empresa de Pequeno Porte.

15.11.9. ANEXO VIII - Declaração De Cumprimento De Requisitos Para Me E Epp E Atendimento Do §2º Do Art. 4º Da Lei Nº 14.133/21.

Santo Estêvão, Bahia, 18 de Maio de 2026.

Tiago Gomes Dias
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa por meio de SRP para aquisição de uniformes, EPI's, acessórios e calçados para os servidores do Município de Santo Estêvão/BA, conforme especificações e exigências constantes neste Termo de Referência.

LOTE 1 – GANDOLAS, MACACÕES, COLETES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAM	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	COLETE, SEM MANGA COM VÁRIOS BOLSOS (NO MÍNIMO 04), DE CÔR CAQUI, BOLSO COM ZÍPER, BAINHA RETA, NA PARTE DE TRÁS O NOME "FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO" MEDINDO 8X8,5CM FIXADO NA PARTE DE TRÁS. NA FRENTE, LADO DIREITO O NOME DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, COM A SIGLA: SMTT EM FONTE MAIOR E LADO ESQUERDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO ESTEVÃO. NO MEIO DO COLETE UMA FAIXA REFLETIVA. TECIDO BRIM SARJA PESADO.	UND	G	02	R\$ 335,81	R\$ 671,62
2	COLETE, SEM MANGA COM VÁRIOS BOLSOS (NO MÍNIMO 04), DE CÔR CAQUI, BOLSO COM ZÍPER, BAINHA RETA, NA PARTE DE TRÁS O NOME "DIRETOR DE TRÂNSITO" MEDINDO 8X8,5CM FIXADO NA PARTE DE TRÁS. NA FRENTE, LADO DIREITO O NOME DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, COM A SIGLA: SMTT EM FONTE MAIOR E LADO ESQUERDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO ESTEVÃO. NO	UND	M	02	R\$ 335,81	R\$ 671,62

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTEVÃO - BAHIA

	MEIO DO COLETE UMA FAIXA REFLETIVA. TECIDO BRIM SARJA PESADO.					
3	COLETE, SEM MANGA COM VÁRIOS BOLSOS (NO MÍNIMO 04), DE CÔR CAQUI, BOLSO COM ZÍPER, BAINHA RETA, NA PARTE DE TRÁS O NOME "SECRETÁRIO DE TRÂNSITO" MEDINDO 8X8,5CM FIXADO NA PARTE DE TRÁS. NA FRENTE, LADO DIREITO O NOME DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, COM A SIGLA: SMTT EM FONTE MAIOR E LADO ESQUERDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO ESTEVÃO. NO MEIO DO COLETE UMA FAIXA REFLETIVA. TECIDO BRIM SARJA PESADO.	UND	GG	02	R\$ 335,81	R\$ 671,62
4	COLETES DE IDENTIFICAÇÃO DE PATRULHA, GUARDA CIVIL MUNICIPAL. MICA TRANSPARENTE, NYLON 600, ELÁSTICO COM LARGURA DE 3 CM.	UND	2P 3M 1 EXG 15G 3G 8GG	32	R\$ 198,33	R\$ 6.346,56
5	GANDOLA MANGA LONGA COR AMARELA LIMÃO FLUORESCENTE. GANDOLA CONFECCIONADA EM TECIDO RIP-STOP OU SIMILAR – CATÁLOGO SANTANENSE, COMPOSTO 65% EM POLIÉSTER E 35% ALGODÃO, COR AMARELA LIMÃO FLUORESCENTE, ATENDER AOS REQUISITOS DA NBR 15292 EM RELAÇÃO ACROMATICIDADE E FATOR DE LUMINÂNCIA DE MÍNIMO 0,70 B, QUE É OBTIDO POR EXPOSIÇÃO À LUZ	UND	M: 07 G: 04 GG:05	16	R\$ 311,67	R\$ 4.986,72

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	XENÔNIO) OU SIMILAR, COM PROTEÇÃO CONTRA OS RAIOS SOLARES UV, (50+), COMPOSIÇÃO 67% ALGODÃO E 33% POLIÉSTER (+/- 5%); GRAMATURA DE 208,0G/M2 (+/- 5%) 6,0 OZ/YD2; CARACTERÍSTICA DE ENCOLHIMENTO: URDUME: 2% +/- 1%%, TRAMA: 2% +/- 1%, SARJA 2X1. NO LADO ESQUERDO DO PEITO, ACIMA 0,5 CM DA FAIXA REFLETIVA DEVERÁ VIR O VELCRO, PARA SER AFIXADO O BORDADO ELETRÔNICO NA COR PRETA A IDENTIFICAÇÃO "SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSPORTE E TRÂNSITO", SOLTA, COM ESTILO DE FONTE ARIAL BLACK, CENTRALIZADA (MAIÚSCULA/MINÚSCULA) COM 0,5 DE ALTURA (CADA LINHA) POR 8,5CM DE LARGURA NOS PADRÕES E CORES INSTITUCIONAIS CONFORME LAYOUT. ACIMA DO NOME DA INSTITUIÇÃO DEVERÁ VIR O VELCRO PARA SER AFIXADO O BORDADO ELETRÔNICO DO ESCUDO DO TRÂNSITO DA SMTT, SOLTA, COM 8,0 CM DE ALTURA POR 6,0 CM DE LARGURA NAS CORES E PADRÕES INSTITUCIONAIS. ABAIXO DA FITA REFLETIVA NO LADO ESQUERDO E NO DIREITO SERÃO POSICIONADOS OS BOLSOS COM PREGA MACHO AO CENTRO, COM PORTINHOLAS PROPORCIONAIS AO BOLSO, FECHAMENTO					
--	---	--	--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	ATRAVÉS DE VELCRO INTERNO EM TODA A SUA EXTENSÃO. NA PORTINHOLA DO BOLSO ESQUERDO, DEVERÁ VIR O VELCRO COM A TARJA DE IDENTIFICAÇÃO SOLTA, COM BORDADO ELETRÔNICO COM O NOME DE GUERRA E O GRUPO SANGUÍNEO DE CADA AGENTE. NA PARTE SUPERIOR DAS COSTAS, O BORDADO ELETRÔNICO NA COR PRETA A IDENTIFICAÇÃO "AGENTE DE TRÂNSITO", COM ESTILO DE FONTE ARIAL BLACK (MAIÚSCULA), CENTRALIZADA COM 4,0CM (EM CADA LINHA), POR 25,0CM DE LARGURA NOS PADRÕES E CORES INSTITUCIONAIS. ABAIXO DA FAIXA REFLETIVA NAS COSTAS, DEVERÁ VIR O BORDADO ELETRÔNICO COM A IDENTIFICAÇÃO "SMTT" COM ESTILO DE FONTE ARIAL BLACK (MAIÚSCULA), CENTRALIZADA COM A IDENTIFICAÇÃO "FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO", COM 5,0CM DE ALTURA POR 15CM DE LARGURA NOS PADRÕES E CORES INSTITUCIONAIS. MANGAS LONGAS, SEGUINDO O FORMATO E ALINHAMENTO DA FRENTE E COSTAS, COM BAINHAS FIXAS, CONTENDO COMPLEMENTO, POR DENTRO, NA LINHA DAS AXILAS ATÉ O PUNHO. FECHAMENTO COM CINTA NA EXTREMIDADE E BOTÕES NO PUNHO, CONTENDO DUAS FAIXAS REFLETIVAS DE					
--	---	--	--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTEVÃO - BAHIA

4,0CM POSICIONADAS 10,0CM ABAIXO E ACIMA DA REGIÃO DO COTOVELO. NA MANGA DO LADO ESQUERDO, DEVERÁ VIR O BORDADO ELETRÔNICO DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTO ESTEVÃO, COM 4,0 CM DE ALTURA POR 5,0 CM DE LARGURA POSICIONADA A 7,0 CM A BAIXO DA COSTURA QUE DIVIDE O OMBRO DO BRAÇO, NOS PADRÕES E CORES INSTITUCIONAIS CONFORME LAYOUT. FITAS REFLETIVAS: APLICAÇÃO DE FITAS REFLETIVAS, ABNT NBR 15292: COEFICIENTE DE RETROREFLEXÃO $\geq$ 500 CD/ (LX.M²), COM 4 CM DE LARGURA, SENDO QUE: NA PARTE DA FRENTE E COSTAS, UMA, POSICIONADA NA LINHA DO TÓRAX ACIMA DOS BOLSOS FRONTAIS; DUAS EM CADA MANGA, UMA POSICIONADA 10,0 CM ACIMA DO ALINHAMENTO DO COTOVELO, UMA POSICIONADA 10,0 CM ABAIXO DO ALINHAMENTO DO COTOVELO. AVIAMENTOS: LINHA: POLIÉSTER/ALGODÃO Nº 80, NA COR DO TECIDO; ENTRETELAS 67% POLIÉSTER 33% ALGODÃO; CONDIÇÕES TÉCNICAS: SER CONFECCIONADA EM TECIDO RIP STOP OU SIMILAR – CATÁLOGO SANTANENSE, 33% POLIÉSTER – 67% ALGODÃO, APRESENTANDO QUALIDADE ESPECÍFICA DE NÃO AMARROTAMENTO,						
--	--	--	--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	ESTABILIDADE E RESISTÊNCIA, BEM COMO, LISO E HOMOGÊNEO, ISENTO DE MANCHAS, FALHAS, BOLOTAS OU OUTROS DEFEITOS PREJUDICIAIS AO BOM ASPECTO VISUAL E DA CONFECCÃO; TODAS AS PEÇAS DEVEM TRAZER TRÊS ETIQUETAS: (1) UMA CONTENDO A GARANTIA TOTAL DEVERÁ SER FIXADA AO CENTRO DO DEGOLO NA PARTE TRASEIRA SOB O COLARINHO; (2) A OUTRA CONTENDO A COMPOSIÇÃO E INSTRUÇÕES DE LAVAGEM, FIXADA AO LADO DIREITO DA ETIQUETA DA GARANTIA TOTAL, BEM COMO AS INSTRUÇÕES PARA LAVAGEM; (3) A TERCEIRA ETIQUETA QUE TRAZ O TAMANHO DA PEÇA SERÁ FIXADA SOBRE A ETIQUETA DE COMPOSIÇÃO;					
6	GANDOLA MANGA LONGA NA COR AZUL-MARINHO. GANDOLA CONFECCIONADA EM TECIDO RIP-STOP OU SIMILAR – CATÁLOGO SANTANENSE, COMPOSTO 65% EM POLIÉSTER E 35% ALGODÃO, COR AZUL-MARINHO FLUORESCENTE, ATENDER AOS REQUISITOS DA NBR 15292 EM RELAÇÃO ACROMATICIDADE E FATOR DE LUMINÂNCIA DE MÍNIMO 0,70 B, QUE É OBTIDO POR EXPOSIÇÃO À LUZ XENÔNIO) OU SIMILAR, COM PROTEÇÃO CONTRA OS RAIOS SOLARES UV, (50+), COMPOSIÇÃO 67%	UND	G	04	R\$ 311,67	R\$ 1.246,68

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	ALGODÃO E 33% POLIÉSTER (+/- 5%); GRAMATURA DE 208,0G/M2 (+/- 5%) 6,0 OZ/YD2; CARACTERÍSTICA DE ENCOLHIMENTO: URDUME: 2% +/- 1%%, TRAMA: 2% +/- 1%, SARJA 2X1. COM O BRASÃO DA SECRETARIA E O ESCUDO DO MUNICÍPIO NO PEITO. ATRÁS A NOMENCLATURA DE "FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO"					
7	GANDOLA COMBAT SHIRT - AZUL NOTURNO, COMPOSIÇÃO DO TECIDO: MANGAS: 70% ALGODÃO E 30% POLIÉSTER EM RIPSTOP; PEITO E COSTA: 100% POLIÉSTER EM TECIDO RESPIRÁVEL; PROTEÇÃO UV 50+; MANGAS COM REFORÇO NOS COTOVELOS; PUNHOS AJUSTÁVEIS COM VELCRO;- GOLA ALTA COM FECHAMENTO EM ZÍPER; PATCHES EMBORRACHADOS NOS OMBROS.	UND	P: 4 M: 6 G: 34 GG:18 XGG:0 2	64	R\$ 322,50	R\$ 20.640,0 0
8	JAQUETA COM PROTEÇÕES: OPCIONAL PARA CLIMAS MAIS FRIOS, FEITA EM MATERIAL RESISTENTE A ABRASÃO, COM REFORÇOS NOS OMBROS E COTOVELOS	UND	G	04	R\$ 424,14	R\$ 1.696,56
9	MACACÃO - RIP STOP, GRAMATURA 230,0 G/M2, LARGURA 1,61, COMPOSTO POR 67% FIBRA DE POLIÉSTER E 33% DE FIBRA DE ALGODÃO, TINGIMENTO E CORES FIRMES, RESISTENTES AO USO E LAVAGENS, NA COR AZUL MARINHO. MODELO: COSTURAS	UND	M: 4 G: 12 GG: 2	18	R\$ 690,00	R\$ 12.420,0 0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

DUPLAS; ABERTURA FRONTAL, COM ZÍPER APARENTE (MÁSTER FINO) NA MESMA COR DO TECIDO. FRENTE: CORTE RETO, COM GOLA PADRE, MEDINDO 03 CM DE ALTURA, TRANSPASSADA, REGULÁVEL COM VELCRO. COM OMBREIRAS (PROTEÇÃO) NOS OMBROS, FORRA COM FIBRAS 6 M E MATELASSADA, EMBUTIDA NA GOLA, INDO DA FRENTE ATÉ A PALA DAS COSTAS (EMBUTIDA), COM DOIS BOLSOS (TIPO PROFISSIONAL), MEDINDO 28 CM DE ALTURA POR 20 CM DE LARGURA, LARGURA DA BOCA MEDIDO 23CM (TIPO FACA), PESPONTADO COM DUAS COSTURAS. 03 CM ABAIXO DOS BOLSOS FRONTAIS, SERÁ CONFECCIONADO OS BOLSOS LATERAIS, MEDINDO 19CM DE LARGURA POR 20CM DE ALTURA (COM PREGA FÊMEA NO MEIO), COM LAPELA MEDINDO 07CM DE LARGURA, PRESA COM VELCRO DE 2CM DE LARGURA POR 08CM DE COMPRIMENTO (DEVIDAMENTE CENTRALIZADO), 03 CM ABAIXO DOS BOLSOS LATERAIS, SERÁ APLICADO JOELHEIRAS (PROTEÇÃO), OVAL MEDINDO APROXIMADAMENTE 22CM, FORRADA COM FIBRA 6MM E MATELASSADA. MANGAS: BOLSO NA MANGA COM BOLSINHO COM ZÍPER, DIVISÓRIA PORTA CANETA. MANGA					
--	--	--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	REMOVÍVEL FIXADA POR ZÍPER ALTAMENTE RESISTENTE COM PERFEITO ACABAMENTO. COSTAS: COM PALA, COM DUAS PREGAS FUNDAS (PARA DAR MOVIMENTO), NA CINTURA, ELÁSTICO DE 4CM DE LARGURA COM APROXIMADAMENTE 20CM DE COMPRIMENTO SENTIDO HORIZONTAL E LINGUETA REGULADORA, LOGO APÓS TERMINO DO ELÁSTICO, MEDINDO 03CM DE LARGURA POR APROXIMADAMENTE 15 CM DE COMPRIMENTO (SENTIDO HORIZONTAL), DAS COSTA PARA FRENTE, PRESA POR VELCRO (DE FORMA QUE A PEÇA POSSA SER AJUSTADA NA CINTURA), COM DOIS BOLSOS ATRÁS, MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 17CM DE ALTURA, COM LAPELA MEDINDO 07CM DE LARGURA, PRESA COM VELCRO DE 2CM POR 08CM DE COMPRIMENTO, FAIXAS COLORIDAS: EM 100% POLIÉSTER, NAS CORES LARANJA E VERMELHA, MEDINDO 2CM DE LARGURA. SERÁ APLICADA NAS LATERAIS, SENDO QUE A LARANJA FICARÁ EMBUTIDA NA OMBREIRA E NA CAVA E A VERMELHA DA CINTURA PARA BAIXO, NAS MANGAS: EMBUTIDA NA PELÍCULA ATÉ O PUNHO (LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS) (NO MEIO DA MANGA, DE FORMA QUE QUANDO VESTIDA FIQUE NA FRENTE DA PEÇA). FAIXAS REFLETIDAS: DE					
--	--	--	--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

5CM, NA COR PRATA (ALTAMENTE REFLETIVA), NA FRENTE E NAS MANGAS: LOGO ABAIXO DA CAVA E DOS LOGOTIPOS DO SAMU APLICADOS, NAS PERNAS: LOGO ABAIXO DAS JOELHEIRAS (FRENTE E COSTAS), NAS COSTAS: NO SENTIDO VERTICAL, APLICADA EM CIMA DAS PREGAS, EMBUTIDA NA PALA ATÉ A CINTURA (03CM ACIMA DE ELÁSTICO). BORDADOS: FRENTE: NA ALTURA DO PEITO ESQUERDO (EMBLEMA DO SAMU 192, MEDINDO 07CM X 07CM) LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA O NOME SANTO ESTÊVÃO, MANGA DIREITA: EMBLEMA DO SAMU 192, MEDINDO 07CM X 07 CM, COSTAS: EMBLEMA DO SAMU 192, MEDINDO 15CM X 25CM, LOGO ABAIXO BORDADA NA COR BRANCA O NOME SAMU192.					
---	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE 1: R\$ 49.351,38

LOTE 2 – ACESSÓRIOS (BONÉS, BOINA, CINTO, FIVELA, BORNAL, APITO, LUVA)

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	TAM	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	BONÉ (GORRO DE PALA) TECIDO, UNITEX, RIP-STOP INVITEX OU SIMILAR, COR AZUL MARINHO COM NOME A DEFINIR. CONFORME MODELO	UND	--	200	R\$ 72,48	R\$ 14.496,00
2	BONE EM BRIM PINTADO	UND	TAM ÚNICO	300	R\$ 61,44	R\$ 18.432,00
3	BONÉ ÁRABE EM BRIM	UND	TAM ÚNICO	300	R\$ 63,74	R\$ 19.122,00
4	GORRO DE PALA COR VERDE LIMÃO	UND	G - 60	16	R\$ 67,93	R\$ 1.086,88

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	FABRICADO EM TECIDO RIP-STOP, COR VERDE LIMÃO FLORESCENTE, REF. 5137 OU SIMILAR, CONFORME CARACTERÍSTICAS E LAYOUT, COM PROTEÇÃO CONTRA OS RAIOS SOLARES UV, ARMAÇÃO RIP STOP, COMPOSIÇÃO 67% ALGODÃO E 33% POLIÉSTER (+/- 5%); GRAMATURA DE 260 G/M2 (+/- 5%); CARACTERÍSTICA DE ENCOLHIMENTO: URDUME: 2% +/- 1%%, TRAMA: 2% +/- 1%. COM BRASÃO DA SMTT		cm=10 GG - 62 cm=06 ABA - 5,5 cm			
5	CINTO FIVELA CONFECCIONADO EM NYLON, POLIÉSTER NA COR PRETO DE FORMA PLANA LISA, COM 3CM DE ALTURA, COMPRIMENTO DE 1,30M, ACOMPANHADA DE FIVELA PRETA PRODUZIDA EM POLÍMERO RÍGIDO. EMBALAGEM: TODAS PEÇAS DEVEM SER EMBALADAS POR UNIDADE, EM PACOTES DE PLÁSTICO TRANSPARENTE DE BOA QUALIDADE E ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE.	UND	--	18	R\$ 45,77	R\$ 823,86
6	APITO EM CORPO PLÁSTICO RESISTENTE, SEM ESFERA, QUE ECOA A PELO MENOS A 20 (VINTE) METROS DE DISTÂNCIA, QUE PRODUZA UM RUÍDO DE NO MÍNIMO 95 DB A FAVOR DO VENTO (4 NÓS) E MÍNIMO DE 85 DB CONTRA O VENTO (4 NÓS), NA COR PRETA. EMBALAGEM: TODAS PEÇAS DEVEM SER EMBALADAS POR UNIDADE, EM PACOTES DE PLÁSTICO	UND	--	15	R\$ 30,92	R\$ 463,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	TRANSPARENTE DE BOA QUALIDADE E ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE.					
7	LUVAS DE PROTEÇÃO: EM COURO OU MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE, GARANTINDO FIRMEZA AO GUIDÃO E PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS E ATRITOS.	UND	G	5	R\$ 134,12	R\$ 670,60
8	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM NYLON EMBORRACHADO IMPERMEÁVEL. COM A LOGO DO SAMU NO PEITO E COSTAS. COM FAIXAS REFLETIVAS E CAPUZ.	UND	M: 3 GG: 4 XG: 1 G: 6	14	R\$ 49,97	R\$ 699,58
9	BOINA - POSSUI UMA MATÉRIA PRIMA DIFERENCIADA, PRODUZIDA EM 100% LÃ FRANCESA, FLEXÍVEL E DENSA, ISTO PERMITE A PROTEÇÃO DA BOINA NÃO SÓ NO INVERNO COMO NO VERÃO OU CLIMAS QUENTES, É UM ACESSÓRIO PARA OS UNIFORMES MILITARES.	UND	TAM 55: 2 56: 2 58: 28 59: 30 60: 2	64	R\$ 130,91	R\$ 8.378,24

VALOR TOTAL DO LOTE 2: R\$ 64.172,96

LOTE 3 – ACESSÓRIOS GCM

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	TAM	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	BORNAL DE PERNA TODO NA COR PRETO, COM FECHO DE ZÍPER; FABRICADO EM DURATRAN E NYLON CA COM COSTURA REFORÇADA. DEVERÁ POSSUIR UM VELCRO NA PARTE SUPERIOR PARA COLOCAÇÃO DE TARJETA, COM 17CM DE LARGURA X 5CM DE ALTURA, 01 ALÇA DE PERNA COM 5CM DE LARGURA E REGULAGEM	UND	--	20	R\$ 161,83	R\$ 3.236,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	DE 36 CM ATÉ 84 CM DE CIRCUNFERÊNCIA COM FECHO TIPO TIC TAC; 02 (DUAS) ALÇAS QUE SE PRENDEM AO CINTO DE GUARNIÇÃO COM REGULAGEM E FECHO TIPO TIC TAC COM TRAVAS DE SEGURANÇA PARA NÃO ABRIR. A MEDIDA TOTAL DO BORNAL DEVERÁ SER DE 26 CM ALTURA X 17CM LARGURA X 10CM PROFUNDIDADE (ESPESSURA); CONTENDO 03 (TRÊS) BOLSOS COM FECHO ÉCLAIR (ZÍPER), CONTENDO AS SEGUINTE MEDIDAS: 1) 01 (UM) BOLSO GRANDE COM 20CM ALTURA X 17CM LARGURA X 5CM PROFUNDIDADE (ESPESSURA); 2) 01 (UM) BOLSO MÉDIO COM 17CM ALTURA X 17CM LARGURA X 3CM PROFUNDIDADE (ESPESSURA) E 3) (UM) BOLSO MENOR COM 13CM DE ALTURA X 17CM LARGURA X 2CM PROFUNDIDADE (ESPESSURA).					
2	FIEL RETRÁTIL NA COR PRETO, PARA USO EM CINTO DE GUARNIÇÃO, FABRICADO COM NYLON INJETADO OU OUTRO MATERIAL DE IGUAL OU SUPERIOR DESEMPENHO, QUER SIRVA COMO TRAVA DE SEGURANÇA CAPAZ DE IMPEDIR QUE O ARMAMENTO CAIA NO CHÃO. DIMENSÕES: 6 CM X 8 CM, COMPRIMENTO DO CORDEL DE POLIAMIDA: 120 CM, FABRICADO COM NYLON INJETADO, GANCHO NA PONTA DO CORDÃO PARA PRENDER APITO E TRAVA PARA PRENDER O FIEL RETRÁTIL AO CINTO.	UND	--	15	R\$ 48,66	R\$ 729,90
3	CINTO DE GUARNIÇÃO COM FIVELA , CONFECCIONADO EM NYLON DE ALTA	UND	--	15	R\$ 67,00	R\$ 1.005,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	RESISTÊNCIA, COM 6 CM DE ALTURA X 15 MM DE ESPESSURA X 1,30 M DE COMPRIMENTO, TODOS OS MATERIAIS DEVEM SER NA COR PRETA, DE ALTA RESISTÊNCIA, NÃO REFLETIVOS E DE EXCELENTE ACABAMENTO, CAPAZ DE AGUENTAR TRAÇÃO SEM SE ROMPER. A FIVELA COMPOSTA DE 02 (DUAS) PEÇAS PRODUZIDAS EM POLÍMERO RÍGIDO. CONFECCIONADO EM NYLON, POLIÉSTER NA COR PRETO DE FORMA PLANA LISA, COM 3CM DE ALTURA, COMPRIMENTO DE 1,30M, ACOMPANHADA DE FIVELA PRETA PRODUZIDA EM POLÍMERO RÍGIDO. EMBALAGEM: TODAS PEÇAS DEVEM SER EMBALADAS POR UNIDADE, EM PACOTES DE PLÁSTICO TRANSPARENTE DE BOA QUALIDADE E ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE.					
4	DISTINTIVO DE BOINA GCM - CONFECCIONADO EM METAL (LIGADE ZAMAK); BANHOS DE CROMO E DOURADO (BAIXO PERCENTUAL DE OURO); NA PARTE FRONTAL EM DESTAQUE A SIGLA GCM EM DOURADO SOBRE ELIPS E PRETA; NA PARTE INFERIOR A INSCRIÇÃO GUARDA CIVIL MUNICIPAL; COM PARAFUSO SOLDADO NO VERSO E PORCA DE ROSQUEAR PARA PRENDER NA BOINA; MEDIDAS:47MMX45MM.	UND	--	64	R\$ 23,69	R\$ 1.516,16
5	CINTO TÁTICO MILITAR, fivela de metal preta material resistente: Confeccionado em nylon de alta densidade reforçado para máxima durabilidade e resistência,	UND	--	64	R\$ 130,00	R\$ 8.320,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	design tático: Sistema de fivela de liberação rápida com trava de segurança dupla para ajuste preciso e fácil remoção, Ideal para uso militar, adaptando-se perfeitamente a diferentes situações e necessidades, ajuste personalizado: Comprimento ajustável de até 130 cm, permitindo adaptação a diferentes tamanhos de cintura, características técnicas: Largura de 3,8 cm, fivela em metal com acabamento fosco e tecido nylon de alta resistência na cor preta.					
6	CINTO BORNAL: TÁTICO DE GUARNIÇÃO NA COR PRETA, POLIÉSTER 300 RESISTENTE, POSSUI SISTEMA DE REGULAGEM, ATRAVÉS DE VELCROS E PRESILHAS, FAZENDO COM QUE HAJA MUDANÇA NA LARGURA (AUMENTA E DIMINUI); EXPANDE ATÉ 120CM; PRODUZIDO COM FITAS MISTAS DE POLIÉSTER COM POLIPROPILENO.	UND	--	64	R\$ 56,25	R\$ 3.600,00
7	BORNAL, BOLSO PRINCIPAL COM FECHAMENTO EM ZÍPER, TRÊS PORTA CARREGADORES FRONTAIS COM FECHAMENTO EM VELCRO; FITAS COM REGULAGEM EM VELCRO, PASSADOR DE CINTOS EM NYLON COM REGULAGEM E FECHOS PLÁSTICOS TIC TAC, PORTA FACA COM ABERTURA SUPERIOR, DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 26CM, LARGURA: 21CM.	UND	--	32	R\$ 97,33	R\$ 3.114,56
8	PORTA ALGEMA PORTA ALGEMA EM POLIMERO: COM BOTÃO DE PRESSÃO COM LINGUETA PARA FECHAMENTO SUPERIOR, EVITANDO QUE A ALGEMA CAIA DO EQUIPAMENTO EM QUAISQUER AÇÕES	UND	--	32	R\$ 111,17	R\$ 3.557,44

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	E/OU MOVIMENTAÇÃO; DESENVOLVIDO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA; CATRACA ROTATIVA QUE POSSIBILITA A ROTAÇÃO DO COLDRE; PASSADOR DE CINTO DE ATÉ 55MM; MEDIDAS APROXIMADAS DO PORTA ALGEMA: COMPRIMENTO: 9,5CM LARGURA: 8,5 CM ESPESSURA: 5,8 CM MEDIDAS APROXIMADAS DO CLIP: COMPRIMENTO: 9,2 CM LARGURA: 4,0 CM ESPESSURA: 1,4 CM COR: PRETA					
9	ALGEMA NIQUELADA EM AÇO CARBONO 1020, COM CORRENTE, CHAVES E REBITES EM AÇO INOX 304. CONTA COM TRAVA DE SEGURANÇA, NÃO PERMITINDO SUA ABERTURA SEM A CHAVE ADEQUADA. ACOMPANHAM DUAS CHAVES PRODUZIDAS EM AÇO INOX 304, POR MEIO DE MICROFUSÃO EM PEÇA ÚNICA, SEM EMENDAS OU SOLDAS.	UND	--	32	R\$ 287,82	R\$ 9.210,24
10	CASSETETE MODELO POLICIAL CAVALARIA, Cassetete fabricado em polímero de alta resistência, ergonomicamente ajustado para o uso ostensivo da cavalaria, punho ergonômico melhor ajuste ao pomo da mão, possui cordão, especificações: tamanho: 1,10M Cor: Preto.	UND	--	16	R\$ 192,33	R\$ 3.077,28
11	BASTÃO TÁTICO em polímero; uso profissional, feito de material resistente e durável, na cor preta, empunhadura confortável e precisa, tamanho 60 centímetros.	UND	--	32	R\$ 70,34	R\$ 2.250,88
12	PATCH EMBORRACHADO, LOGO GUARDA CIVIL MUNICIPAL, PADRÃO PARA FARDAMENTO E COLETE, EMBORRACHADO EM ALTO RELEVO, VELCRO COSTURADO; TAMANHO 2	UND	--	64	R\$ 46,46	R\$ 2.973,44

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	CM X 11 CM. COLORIDO.					
13	TARJETAS COM NOME DE IDENTIFICAÇÃO (NOME DE GUERRA) NA COR AZUL MARINHO (NOITE). REFERÊNCIA PANTONE 19-4023 TCX OU SIMILAR, PLASTIFICADA COM VELCRO MACHO DE TAMANHO APROXIMADO DE 10,5 CM POR 1,5 CM DE LARGURA. NOME BORDADO COM LINHA 100% POLIÉSTER TRILOBAL NA COR AMARELO OURO.	UND	--	64	R\$ 36,78	R\$ 2.353,92
14	PATCH EMBORRACHADO, LOGO GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO, ALTO RELEVO VELCRO COSTURADO; TAMANHO 10X10CM COLORIDO;	UND		64	R\$ 46,46	R\$ 2.973,44
15	PATCH EMBORRACHADO, BANDERIA DO MUNICIPIO DE SANTO ESTÊVÃO, ALTO RELEVO VELCRO COSTURADO; TAMANHO 10X10CM COLORIDO;	UND	--	64	R\$ 46,46	R\$ 2.973,44
16	PATCH EMBORRACHADO PLACA DE COLETE GUARDA CIVIL MUNICIPAL; MODELO PADRAO PARA FARDAMENTO E COLETE; EMBORRACHADO EM ALTO RELEVO; VELCRO COSTURADO; TAMANHO 20X10CM; COLORIDO	UND	--	64	R\$ 46,46	R\$ 2.973,44
17	PATCH EMBORRACHADO, LOGO GCM, PADRAO PARA FARDAMENTO E COLETE, EMBORRACHDO EM ALTO RELEVO, VELCRO COSTURADO, TAMANHO 5 CM X 10 CM. COLORIDO.	UND	UN	64	R\$ 46,46	R\$ 2.973,44
18	COLETE PROFISSIONAL PARA FOTOGRAFIA, CONFECCIONADA EM NYLON OU POLIÉSTER, RESPIRÁVEL, TAMANHO GG, MULTIBOLSOS COM FECHAMENTO EM ZÍPER E VELCRO, COM AJUSTE LATERAL E NOS OMBROS, COR NEUTRA.	UND	GG	04	R\$ 222,83	R\$ 891,32

VALOR TOTAL DO LOTE 3: R\$ 57.730,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

LOTE 4 – COLETE BALÍSTICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAM	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	COLETE BALÍSTICO CONFECCIONADO EM MATERIAL LEVE E FLEXÍVEL DE ARAMIDA XP, NÍVEL III-A, PARA PROTEÇÃO DAS COSTAS, TÓRAX, ABDOMEN E DAS LATERAIS DO TRONCO DO USUÁRIO, DE FORMA QUE NO MÍNIMO TODA A ÁREA VITAL ACIMA DA CINTURA E ABAIXO DO PESÇO FIQUEM PROTEGIDAS E QUE ATENDA AOS REQUISITOS DA NORMA NIJ STANDART 0101.01. MODELO OSTENSIVO.	UND	8 P 8 M 8 EXG 18 G 8 GG	50	R\$ 3.463,33	R\$ 173.166,50

VALOR TOTAL DO LOTE 4: R\$ 173.166,50

LOTE 5 – SPRAY

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAM	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SPRAY DE DEFESA DE GENGIBRE PARA USO PROFISSIONAL, CIVIL OU MILITAR FORMA PROPELENTE DE SPRAY (NÉVOA). DISTÂNCIA DO JATO: ATÉ 3 METROS. 20 DISPAROS DE MEIO SEGUNDO. TRAVA DE SEGURANÇA PERMANENTE PARA IMPEDIR DISPAROS ACIDENTAIS. ANTÍDOTO: ÁGUA EM ABUNDÂNCIA NO ROSTO. AÇÃO: PARA DISPERSÃO DE AGRESSORES, ATUANDO NOS OLHOS E MUCOSAS. USO: ASPERGIR NO ROSTO DO AGRESSOR ATRAVÉS DE COMPRESSÃO NO	UND	---	64	R\$ 150,93	R\$ 9.659,52

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	GATILHO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: - ALTURA TOTAL (CILINDRO + GATILHO): 13,3CM - ESPESSURA: 3,5CM - ALTURA DO GATILHO: 4CM - COMPRIMENTO DO GATILHO: 5,2CM. VALIDADE: 02 ANOS					
--	---	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE 5: R\$ 9.659,52

LOTE 6 – CAPACETE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAM	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CAPACETE: COM VISEIRA TRANSPARENTE OU FUMÊ, VENTILAÇÃO ADEQUADA E ADESIVOS REFLETIVOS PARA GARANTIR SEGURANÇA E VISIBILIDADE NO TRÂNSITO. PODE INCLUIR COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO PARA CONTATO COM A CENTRAL.	UND	Nº 52	04	R\$ 412,81	R\$ 1.651,24
2	CAPACETE SEGURANÇA TÁTICO ANTI TUMULTO PARA GUARDA CÍVIL MUNICIPAL, AZUL PETRÓLEO, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO ESSENCIAL PARA OPERAÇÕES TÁTICAS; PROTEGE A CABEÇA CONTRA IMPACTOS, ESTILHAÇOS, FRAGMENTOS E ARMAS PORTÁTEIS, COM FAIXA ADESIVA COM ESCRITO GCM.	UND	ÚNICO	16	R\$ 506,83	R\$ 8.109,28

VALOR TOTAL DO LOTE 6: R\$ 9.760,52

LOTE 7 - COTURNO, BOTAS E SAPATO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAM	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	COTURNO DE COMBATE PRETO. CABEDAL	PAR	35 = 03 39 = 05	24	R\$ 501,47	R\$ 12.035,28

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	CONSTITUÍDO DAS SEGUINTE PARTES: GÁSPEA EM COURO HIDROFUGADO, COURAÇA, FORRO, LINGUETA, DEBRUM, VÁLVULAS DE DRENAGEM, TALONEIRA, GORGURÃO, ILHOSES, REBITES, COLARINHO, TIRAS INTERNAS DA VISTA DOS ILHOSES, TIRAS EXTERNAS DOS REFORÇOS DOS ILHOSES, LATERAIS DO CANO, CONTRA FORTE E CADARÇO REDONDO. GÁSPEA EM SUA PARTE INTERIOR DEVE POSSUIR BIQUEIRA E FORRO TÊXTIL, BIQUEIRA É CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO OU POLIAMIDA MOLDADA POR INJEÇÃO. FORRO DA GÁSPEA É UM TECIDO DE MALHA DE 100% POLIÉSTER HIDROFÍLICO. LINGUETA CONFECCIONADA EM TECIDO POLIAMIDA 6.6. TALONEIRA EM VAQUETA HIDROFUGADA. CONTRA FORTE EM COURO AGLOMERADO. TIRA TRASEIRA DO REFORÇO EM FITA DO MESMO TECIDO E COR DO CANO. ATACADOR EM POLIAMIDA. ILHOSES DE ALUMÍNIO OU LATÃO. REBITES EM LATÃO, TODO ALMOFADADO COM ESPUMA DE POLIURETANO COM ESPESSURA DE 4 MM DUBLADO E NÃO TECIDO, 100% POLIAMIDA O SOLADO É COMPOSTO DE SOLA, SALTO E VIRA (EM PEÇA ÚNICA), EM BORRACHA LÁTEX, NA		40 = 03 41 = 03 42 = 04 43 = 04 44 = 02			
--	--	--	--	--	--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	COR PRETA DE BUTADIENOESTIRENO, ALMA, ENCHIMENTO DO SALTO. A PALMILHA DE MONTAGEM DEVE POSSUIR CARACTERÍSTICA ANTI PERFURANTE DE FIBRA DE POLIAMIDA. PALMILHA DE ACABAMENTO E LIMPEZA CONSTITUÍDO POR POLIURETANO POLIÉSTER EXPANDIDO.					
2	BOTAS DE MOTOCICLISTA: DE CANO ALTO, FEITAS DE COURO OU MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE, COM REFORÇO NAS ÁREAS DE CONTATO COM O CÂMBIO DA MOTO E SOLADO ANTIDERRAPANTE PARA MELHOR ADERÊNCIA NO ASFALTO E TERRENOS IRREGULARES.	PAR	Nº 42	4	R\$ 599,00	R\$ 2.396,00
3	BOTA EM COURO 100% LEGÍTIMO COR PRETA, ALTURA DA BOTA SEM SOLADO 27 CM, SOLADO EM P.U. BORRACHA COLADO E COSTURADO NO CORPO DA BOTA, ABERTURA EM ZIPER LATERAL EM TODA A ALTURA DA BOTA, COM ACABAMENTO DE VELCRO	PAR	Nº 36: 2 Nº 38: 6 Nº 39: 2 Nº 40: 8 Nº 42: 2 Nº 43: 2	22	R\$ 486,67	R\$ 10.706,74
4	BOTA CANO CURTO COM BOTA DE SEGURANÇA. COTURNO. CALÇADO DE PROTEÇÃO SOLADO ANTIADERENTE. COURO SINTÉTICO. ELÁSTICO LATERAL CONFORTO. BOTINA DE SEGURANÇA BICO PVC. RESISTENTE. EPI	PAR	36: 60 UN. 38: 60 UN. 40: 120 UN. 42: 240 UN. 44: 120 UN.	PAR 600	R\$ 142,90	R\$ 85.740,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

5	SAPATO FEMININO FECHADO IMPERMEÁVEL EM EVA DE ALTA QUALIDADE ANTIDERRAPANTE, CONFORTÁVEL BRANCO	PAR	Nº 37: 13 Nº 38: 11	24	R\$ 125,63	R\$ 3.015,12
6	BOTA PVC CANO LONGO NA COR BRANCA	PAR	Nº 34: 1 Nº 36: 1 Nº 37: 2 Nº 38: 2 Nº 39: 3 Nº 40: 1	10	R\$ 91,73	R\$ 917,30
7	COTURNO TÁTICO MILITAR CABEDAL É CONFECCIONADO EM MICROFIBRA DE POLIAMIDA; COM DUPLO ZÍPER REFORÇADO NAS LATERAIS INTERNA E EXTERNA; LÍNGUA TIPO MORCEGO, PARA EVITAR A ENTRADA DE POEIRA E PEDRAS; PALMILHA PU GEL DE ALTA RESILIÊNCIA E PERFORMANCE; FORRADA COM TECIDO ATOALHADO COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR; SOLA BICOMPONENTE, EM EVA E BORRACHA CANO DE 24 CM. TAMANHOS DO 34 AO 45.	PAR	Nº 34: 2 Nº 36: 2 Nº 37: 2 Nº 38: 2 Nº 39: 4 Nº 40: 16 Nº 41: 8 Nº 42: 20 Nº 43: 4 Nº 44: 2 Nº 45: 2	64	R\$ 517,87	R\$ 33.143,68

VALOR TOTAL DO LOTE 7: R\$ R\$ 147.954,12

LOTE 8 – BOLSAS E MOCHILAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAM	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	MOCHILA: CONFECCIONADA EM NYLON POLIAMIDA (CORDURA) 100% IMPERMEÁVEL COM FECHAMENTO POR MEIO DE ZÍPER DE NYLON Nº 10, VOLUME. DE APROXIMADAMENTE 26,4 LITRO. PARTE FRONTAL DEVERÁ SER IMPRESSA EM SILKSCREEN O	UND	--	3	R\$ 709,59	R\$ 2.128,77

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	LOGOTIPO DO SAMU 192; ALÇAS PARA TRANSPORTE DE MÃO CONFECCIONADAS EM FITA DE POLIPROPILENO NA, COM 50 MM DE LARGURA X 520 MM DE COMPRIMENTO, COSTURA NA REGIÃO CENTRAL DA ALÇA COM ESPAGUETE NO SEU INTERIOR. DE 130 MM DE COMPRIMENTO COSTURADO À BOLSA SOB UMA ALÇA DE 50 MM DE LARGURA E COSTURADA PERPENDICULARMENTE					
2	BOLSA CONFECCIONADA EM LONA DE 100% ALGODÃO IMPERMEABILIZADA, NAS SEGUINTE MEDIDAS: 32 CM DE ALTURA X 37 CM DE LARGURA X 20 CM DE FUNDO (AXLXF), COMPOSTA COM 02 DIVISÓRIAS NA PARTE INTERNA, COSTURAS COM REFORÇO E COM ACABAMENTO EM VIÉS DE POLIPROPILENO. ALÇA DA BOLSA COM CADARÇO DE POLIPROPILENO, REGULAGEM DE ALTURA ATRAVÉS DOS PASSADORES EM METAL (RESISTENTE PARA EVITAR CORTE DA ALÇA), OMBREIRAS EM NYLON, FIXADO A BOLSA COM COSTURA EM "X". USO TRANSVERSAL DO TIPO CARTEIRO, ALÇA TIRA COLO REGULÁVEL, 02 (DOIS) COMPARTIMENTOS EXTERNO DE FECHAMENTO EM ZÍPER, BOLSOS EXTERNO AMBOS RECOBERTOS POR ABA EXTERNA DE	UND	--	1	R\$ 253,00	R\$ 253,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

FECHAMENTO EM VELCRO, COM BORDADO LOGOTIPO DO SAMU 192.						
--	--	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE 8: R\$ 2.381,77

LOTE 9 – ITENS DA SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAM.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	TOALHA DE BANHO BRANCA, 100% ALGODÃO, TAMANHO: 0,70 X 1,35 CM, GRAMATURA DE 340 G/M2. PADRONIZADO NA BARRA INFERIOR COM A SIGLA HJBC, COR AZUL (PINTADO)	UND	TAMANHO: 0,70 X 1,35 CM, GRAMATURA DE 340 G/M2	200	R\$ 64,19	R\$ 12.838,00
2	LENÇOL EM PERCAL MISTO, COR BRANCO. TAMANHO 1,40 X 2,20. PADRONIZADO NA BARRA INFERIOR COM A SIGLA HJBC, COR AZUL. (PINTADO)	UND	TAMANHO 1,40 X 2,20.	300	R\$ 77,78	R\$ 23.334,00
3	ROUPÃO EM PERCAL NA COR BRANCA, PADRONIZADA COM A SIGLA HJBC DO LADO ESQUERDO DO PEITO, COR AZUL. (PINTADO)	UND	TAM ÚNICO	150	R\$ 89,34	R\$ 13.401,00
4	CONJUNTO PIJAMA EM GABARDINE COR VERDE CLARO, LOGOMARCA HJBC NA COR PRETA	CONJ	M: 24 G: 8 GG: 4	36	R\$ 177,40	R\$ 6.386,40
5	CONJUNTO PIJAMA EM GABARDINE COR GRAFITE, LOGOMARCA HJBC NA COR PRETA	CONJ	G: 4 GG: 4	8	R\$ 177,40	R\$ 1.419,20
6	CONJUNTO PIJAMA EM GABARDINE COR AZUL ANIL, LOGOMARCA HJBC NA COR BRANCA	CONJ	M: 4 G: 8 GG: 4 EXG: 4	20	R\$ 177,40	R\$ 3.548,00
7	CONJUNTO PIJAMA EM GABARDINE COR VERDE, LOGOMARCA HJBC NA COR PRETA	CONJ	M: 12 G: 12 GG: 8	32	R\$ 177,40	R\$ 5.676,80
8	CONJUNTO PIJAMA EM GABARDINE COR TYFFANY, LOGOMARCA HJBC NA COR BRANCA	CONJ	M: 8 G: 4	12	R\$ 177,40	R\$ 2.128,80
9	CONJUNTO PIJAMA EM GABARDINE COR AZUL	CONJ	M: 4 GG: 12	16	R\$ 177,40	R\$ 2.838,40

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	CÉU, LOGOMARCA HJBC NA COR BRANCA					
10	CONJUNTO PIJAMA EM OXFORDINE COR AZUL MARINHO, LOGOMARCA HJBC NA COR BRANCA	CONJ	M: 2 G: 2 GG: 3 EXGG PLUS SIZE: 3	10	R\$ 177,40	R\$ 1.774,00
11	CONJUNTO DE SCRUB FEMININO EM GABARDINE VERDE BEBÊ	CONJ	M: 12 G: 12	24	R\$ 245,15	R\$ 5.883,60
12	COBERTOR HOSPITALAR ANTIALÉRGICO: COBERTOR HOSPITALAR PADRÃO, CONFECCIONADO COM MISTURA DE FIBRAS SINTÉTICAS E NATURAIS, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA USO EM AMBIENTE HOSPITALAR, PROPORCIONANDO CONFORTO TÉRMICO E SEGURANÇA AO PACIENTE. COM LOGO DO GOV. MUNICÍPIO\SESAU E SUS BORDADOS; COMPOSIÇÃO DO TECIDO: 65% POLIÉSTER; 15% ACRÍLICO; 10% ALGODÃO; 5% POLIPROPILENO; 5% VISCOSE, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO ANTIALÉRGICO, ADEQUADO PARA PACIENTES SENSÍVEIS. TECIDO MACIO, LEVE E RESISTENTE, COM EXCELENTE CAPACIDADE TÉRMICA. DIMENSÕES MÍNIMAS: 1,40M (LARGURA) X 1,20M (COMPRIMENTO), PODENDO AS SER CORES SORTIDAS: BRANCO, AZUL BEBE, VERDE OLIVA (AS CORES DEVERÃO SER FORNECIDAS DE FORMA VARIADA, CONFORME	UN	--	300	R\$ 102,07	R\$ 30.621,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	DISPONIBILIDADE EM LOTE). REQUISITOS ADICIONAIS: COSTURAS REFORÇADAS NAS EXTREMIDADES, COM ACABAMENTO RESISTENTE. PRODUTO LAVÁVEL, COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 30 CICLOS DE LAVAGEM SEM DEFORMAÇÃO OU DESBOTAMENTO SIGNIFICATIVO.					
--	---	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE 9: R\$ 109.849,20

LOTE 10 - CORTINA HOSPITALAR DIVISÓRIA DE LEITO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CORTINA HOSPITALAR DIVISÓRIA DE LEITO CONFECCIONADA EM VINIL HOSPITALAR PARA DIVISÓRIA DE LEITO, COM RETARDANTE DE CHAMAS, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE COM BACTERIOSTÁTICO QUE INIBE O CRESCIMENTO DE BACTÉRIAS E FUNGOS, DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA. DIMENSÕES: 2,80 METROS DE LARGURA X 2,80 METROS DE ALTURA. COR: CINZA CLARA (OU PADRÃO HOSPITALAR). TECIDO ANTIALÉRGICO, LAVÁVEL, RESISTENTE A DESBOTAMENTO E RASGOS, APROPRIADO PARA LAVAGENS HOSPITALARES FREQUENTES (MÍNIMO DE 50 CICLOS). ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA, SEM EMENDAS, BARRA COM ILHÓS, PRESILHAS OU PASSADORES, COMPATÍVEIS COM OS GANCHOS DO TRILHO	UN	20	R\$ 760,06	R\$ 15.201,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ESPECIFICADO NO ITEM 01. DEVENDO CONTER FAIXA SUPERIOR EM TELA MICROPERFURADA IMPERMEÁVEL, QUE PERMITA VENTILAÇÃO, SEM ABSORVER ÁGUA, SECREÇÕES OU POEIRA, PARA ADEQUAÇÃO DA DISTÂNCIA DO PISO AO TETO. PERSONALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA COM IDENTIFICAÇÃO DO HOSPITAL E LOGOMARCA DA SECRETARIA DE SAÚDE, APLICADA POR SERIGRAFIA OU TÉCNICA EQUIVALENTE, RESISTENTE A LAVAGENS.				
---	--	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE 10: R\$ 15.201,20

LOTE 11 - CONJUNTOS PROFISSIONAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAMANHO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CONJUNTO PROFISSIONAL (HIGIENIZAÇÃO) COMPOSTO POR 02 PEÇAS (CAMISA E CALÇA), NA COR CINZA, TAMANHOS P AO XG, DESTINADO AOS FUNCIONÁRIOS DAS ÁREAS DE HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E LAVANDERIA. CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM, COM GRAMATURA INFERIOR A 200 G/M², RESISTENTE E CONFORTÁVEL PARA USO CONTÍNUO. CAMISA COM MANGAS CURTAS, GOLA REDONDA, 01 BOLSO FRONTAL, COSTURAS REFORÇADAS,	UN	P ao XG	100	R\$ 121,34	R\$ 12.134,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	BORDADO DA LOGOMARCA DO GOVERNO MUNICIPAL E SUS NO LADO DIREITO DO PEITO E IDENTIFICAÇÃO DO SETOR NO LADO ESQUERDO. CALÇA COM CÓS EM ELÁSTICO, BOLSOS LATERAIS, COSTURAS REFORÇADAS E IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONFORME PADRÃO INSTITUCIONAL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CONJUNTO CONTENDO 01 CAMISA E 01 CALÇA.					
2	CONJUNTO PROFISSIONAL (MAQUEIROS) COMPOSTO POR 02 PEÇAS (CAMISA E CALÇA), NA COR VERDE CLARO, TAMANHOS P AO XG, DESTINADO AOS MAQUEIROS. CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM, COM GRAMATURA INFERIOR A 200 G/M², RESISTENTE E CONFORTÁVEL PARA USO CONTÍNUO. CAMISA COM GOLA REDONDA, BOLSOS FRONTAIS, COSTURAS REFORÇADAS, BORDADO DA LOGOMARCA DO GOVERNO MUNICIPAL E SUS NO LADO DIREITO DO PEITO E IDENTIFICAÇÃO DO SETOR NO LADO ESQUERDO. CALÇA COM CÓS EM ELÁSTICO, BOLSOS LATERAIS, COSTURAS REFORÇADAS E	UN	P ao XG	40	R\$ 138,33	R\$ 5.533,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONFORME PADRÃO INSTITUCIONAL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CONJUNTO CONTENDO 01 CAMISA E 01 CALÇA					
3	CONJUNTO PROFISSIONAL (NUTRIÇÃO) COMPOSTO POR 02 PEÇAS (CAMISA E CALÇA), NA COR BRANCA, TAMANHOS P AO XG, DESTINADO AOS FUNCIONÁRIOS DO SND (SETOR DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA). CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM, COM GRAMATURA INFERIOR A 200 G/M², RESISTENTE E CONFORTÁVEL PARA USO CONTÍNUO. CAMISA COM GOLA REDONDA, 01 BOLSO FRONTAL, COSTURAS REFORÇADAS, BORDADO DA LOGOMARCA DO GOVERNO MUNICIPAL E SUS NO LADO DIREITO DO PEITO E IDENTIFICAÇÃO DO SETOR NO LADO ESQUERDO. CALÇA COM CÓS EM ELÁSTICO, BOLSOS LATERAIS, COSTURAS REFORÇADAS E IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONFORME PADRÃO INSTITUCIONAL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CONJUNTO CONTENDO 01 CAMISA E 01 CALÇA	UN	P ao XG	40	R\$ 145,33	R\$ 5.813,20
4	CONJUNTO PROFISSIONAL (FARMÁCIA)	UN	P ao XG	40	R\$ 151,12	R\$ 6.044,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	COMPOSTO POR 02 PEÇAS (CAMISA E CALÇA), NA COR VERDE PETRÓLEO, TAMANHOS P AO XG, DESTINADO AOS FUNCIONÁRIOS DO SETOR DE FARMÁCIA. CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM, COM GRAMATURA INFERIOR A 200 G/M², RESISTENTE E CONFORTÁVEL PARA USO CONTÍNUO. CAMISA COM GOLA REDONDA, 01 BOLSO FRONTAL, COSTURAS REFORÇADAS, BORDADO DA LOGOMARCA DO GOVERNO MUNICIPAL E SUS NO LADO DIREITO DO PEITO E IDENTIFICAÇÃO DO SETOR NO LADO ESQUERDO. CALÇA COM CÓS EM ELÁSTICO, BOLSOS LATERAIS, COSTURAS REFORÇADAS E IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONFORME PADRÃO INSTITUCIONAL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CONJUNTO CONTENDO 01 CAMISA E 01 CALÇA.					
5	CONJUNTO PROFISSIONAL (MANUTENÇÃO) COMPOSTO POR 02 PEÇAS (CAMISA E CALÇA), NA COR CINZA, TAMANHOS P AO XG, DESTINADO AOS FUNCIONÁRIOS DA EQUIPE DE MANUTENÇÃO PREDIAL. CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM, COM GRAMATURA	UN	P ao XG	10	R\$ 147,72	R\$ 1.477,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	INFERIOR A 200 G/M², RESISTENTE E CONFORTÁVEL PARA USO CONTÍNUO. CAMISA COM MANGAS CURTAS, GOLA REDONDA, 01 BOLSO FRONTAL, COSTURAS REFORÇADAS, BORDADO DA LOGOMARCA DO GOVERNO MUNICIPAL E SUS NO LADO DIREITO DO PEITO E IDENTIFICAÇÃO DO SETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO LADO ESQUERDO. CALÇA COM CÔS EM ELÁSTICO, BOLSOS LATERAIS, COSTURAS REFORÇADAS E IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONFORME PADRÃO INSTITUCIONAL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CONJUNTO CONTENDO 01 CAMISA E 01 CALÇA.					
6	CONJUNTO PROFISSIONAL (RAIO-X) COMPOSTO POR 02 PEÇAS (CAMISA E CALÇA), NA COR AZUL MARINHO, TAMANHOS P AO XG, DESTINADO AOS PROFISSIONAIS DO SETOR DE RAIO-X. CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM, COM GRAMATURA INFERIOR A 200 G/M², PROPORCIONANDO RESISTÊNCIA, CONFORTO E ADEQUAÇÃO AO USO HOSPITALAR. CAMISA COM MANGAS CURTAS, GOLA REDONDA, 01 BOLSO FRONTAL,	UN	P ao XG	10	R\$ 151,67	R\$ 1.516,70

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	COSTURAS REFORÇADAS, BORDADO DA LOGOMARCA DO GOVERNO MUNICIPAL E DO SUS NO LADO DIREITO DO PEITO E IDENTIFICAÇÃO DO SETOR DE RAIOS-X NO LADO ESQUERDO. CALÇA COM CÓS EM ELÁSTICO, BOLSOS LATERAIS, COSTURAS REFORÇADAS E IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONFORME PADRÃO INSTITUCIONAL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CONJUNTO CONTENDO 01 CAMISA E 01 CALÇA. (QUANT. 10)					
--	---	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE 11: R\$ 32.519,10

LOTE 12 – CAMISA SOCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAMANHO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CAMISA SOCIAL MASCULINA - MANGA LONGA , em tricoline, FIO 60, COM BOLSO, COR BRANCA; COLARINHO: ENTRETELADO FIRME COM REFORÇO, COM ABERTURA PARA BARBATANA DE 1,0 CM BARBATANA REMOVÍVEL DE 0,80 CM, ENTRETELA 100% ALGODÃO; PESPONTADO; PALA: 02 (DOIS) PANOS (DUPLA) COM ETIQUETA DE MARCA E TAMANHO MANGAS: COMPRIDAS, TOMBADA E	UN	P ao XG	15	R\$ 159,29	R\$ 2.389,35

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	REBATIDA COM PESPONTO DE 0,90 CM, COM CARCELA DUPLA COM 01(BOTÃO) EM CADA, MANGA, PUNHOS SIMPLES (ALTURA 6,5 CM) PESPONTADOS E ABOTOÁVEIS, SENDO 02 (DOIS) BOTÕES EM CADA PUNHO; OMBRO: COM COSTURA EMBUTIDA PESPONTO NA BEIRA; COSTA: COM 02 (DUAS) PREGAS MACHO; 2.8 ABERTURA FRONTAL (PARA VESTIR OU DESVESTIR), EM TODA A EXTENSÃO, FECHAVEL POR DUPLA (MÁQUINA NO BRAÇO) LATERAL, LINHA TITI/120, BOTÕES NA COR DO TECIDO; BORDADO: COM LOGO DO GOV. MUNICIPIO, SESAU NO PEITO ESQUERDO E DO SUS NO PEITO DIREITO. (QUANT. 15)					
2	CAMISA SOCIAL FEMININA - MANGA LONGA EM TRICOLINE, FIO 60, COLARINHO COM PE DE GOLA, FRENTE ABERTA FECHADA POR 06 BOTOES E CASEADOS DO PE DE GOLA NO SENTIDO HORIZONTAL E NA VISTA NO SENTIDO VERTICAL, MANGAS LONGA, COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO, PREGAS LATERAIS, COR BRANCA, COM A LOGOMARCA GOVERNO MUNICIPAL, BORDADA AO LADO	UN	P M G GG	15	R\$ 172,59	R\$ 2.588,85

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

	ESQUERDO DE QUEM VESTE E DO SUS AO LADO DIREITO DE QUEM VESTE, TAMANHOS DIVERSOS					
--	--	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE 12: R\$ 4.978,20

LOTE 13 – CAMISA UNIFORME

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAMANHO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CAMISA UNIFORME CONFECCIONADA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, NA COR CINZA CLARO, TAMANHOS P AO XG, DESTINADA AO USO PROFISSIONAL. MODELO COM MANGAS CURTAS, GOLA TIPO POLO, 01 (UM) BOTÃO NA VISTA E 01 BOLSO SUPERIOR ESQUERDO, COM COSTURAS REFORÇADAS, PROPORCIONANDO RESISTÊNCIA E CONFORTO PARA USO CONTÍNUO. DEVERÁ CONTER BORDADO DA LOGOMARCA DO GOVERNO MUNICIPAL E DO SUS NO LADO DIREITO DO PEITO, ALÉM DA IDENTIFICAÇÃO DO SETOR NO LADO ESQUERDO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: 01 CAMISA. (QUANT. 200)	UN	P ao XG	200	R\$ 95,54	R\$ 19.108,00

VALOR TOTAL DO LOTE 13: R\$ 19.108,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 695.832,97 (Seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos)**.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura da Ata (SRP) e publicação do extrato do Diário oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/21.

1.3 A ATA (SRP) e este Termo de Referência oferecem maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4 Vinculam-se a esta contratação a Proposta de Preços e este Termo de Referência.

1.5 Os itens objeto da presente aquisição são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.6 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 037 de 2024.

1.7 Possui natureza contínua e não exige dedicação exclusiva de mão de obra.

1.8 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.9 A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, publicado no Diário Oficial do Município em 18 de novembro de 2025 – Decreto Municipal nº 1015. A demanda encontra-se em alinhamento com as diretrizes de gestão da entidade, além de ter alinhamento com as peças orçamentárias, como será demonstrado na indicação da dotação orçamentária devida.

Link: <https://diario.indap.org.br/publicacoes/691cd9b73fa89/anexo/70915>

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Trata-se da 3ª publicação do referente processo. A primeira publicação do aviso ocorreu em 22/08/2025 com a data da sessão em 10/09/2025, cuja numeração do Pregão foi PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

020/2025. Houve impugnação devido ao agrupamento de coletes balísticos e spray de gengibre. O pedido da impugnação foi atendido e houve a separação dos itens, criando-se um novo lote para sprays. Aproveitou-se o momento da alteração dos lotes para também alterar os números do Processo Administrativo que passou de 156/2025 para 320/2025 e o PE passou para 049. Houve nova publicação do aviso PE 049/2025 saiu em 29/09/2025, com data da sessão em 14/10/2025. Foi publicado o aviso de remarcação da licitação para 31/10/2025. A licitação foi deserta. A fim de identificar se houve algum erro por parte da administração, foi feita nova cotação dos itens. Houve a necessidade de remarcar a licitação para 06/11/2025. A licitação foi deserta novamente. A administração optou por fazer nova cotação e o aviso de licitação do PE 006/2026 saiu em 26/01/2026 com sessão para 12/02/2026, e somente o lote 1 referente a UNIFORMES (CAMISAS E CALÇAS), homologado, os demais lotes foram fracassados.

A Secretaria Municipal de Administração é o órgão responsável pela gestão administrativa interna da administração pública. Sua principal função é garantir que toda a máquina administrativa funcione de maneira organizada, eficiente, legal e econômica. Foi identificada a necessidade imprescindível de adquirir equipamentos de segurança pessoal e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os Guardas Civis Municipais, considerando que diariamente estão engajados em operações que visam a manutenção da ordem e do bem estar social nos ambientes públicos do município, enfrentando diversas situações de risco que exigem proteção adequada para garantir sua segurança e integridade física. Ainda, identificou-se a necessidade de uniformes, acessórios, EPI'S e calçados para os servidores públicos municipais alocados em diversas secretarias.

A aquisição dos itens mostra-se necessária para assegurar condições adequadas de trabalho, segurança, identificação funcional, padronização institucional, higiene, proteção física e eficiência na prestação dos serviços públicos essenciais ofertados à população.

Os equipamentos de segurança pessoal e EPIs são fundamentais para prevenir lesões, minimizar os riscos de acidentes e proteger a saúde desses trabalhadores frente às ameaças encontradas durante a realização de suas tarefas. A falta de equipamento adequado não somente coloca em risco a segurança dos Vigilantes e Guardas Civis Municipais, mas também compromete a eficácia das operações de segurança, podendo resultar em consequências graves para a ordem pública e para o bem-estar da comunidade de Santo Estêvão/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

No âmbito da Guarda Civil Municipal, os itens como acessórios operacionais, coletes balísticos, spray de defesa de gengibre, capacetes táticos antitumulto, capacetes com viseira, coturnos e demais equipamentos são indispensáveis para garantir a proteção individual dos agentes durante o exercício das atividades ostensivas, preventivas e de preservação da ordem pública, reduzindo riscos à integridade física dos servidores e proporcionando melhores condições de atuação em ocorrências de segurança pública, patrulhamento preventivo, controle de tumultos e ações operacionais diversas.

Os coletes balísticos e equipamentos de proteção atendem à necessidade de preservação da vida e segurança dos agentes públicos expostos a situações de risco, em conformidade com as normas de segurança do trabalho e diretrizes aplicáveis às atividades de segurança institucional. Já os acessórios operacionais e uniformes padronizados contribuem para a identificação visual da corporação, fortalecimento da autoridade institucional e melhoria da organização funcional.

Quanto aos materiais destinados ao Hospital Municipal, toalhas, lençóis, roupões, conjuntos de pijamas, cobertores hospitalares, cortinas divisórias de leito e conjuntos profissionais específicos, a contratação visa garantir condições adequadas de atendimento, humanização, biossegurança, organização hospitalar e proteção sanitária, tanto para os profissionais quanto para os pacientes atendidos na rede municipal de saúde.

Os conjuntos profissionais destinados às equipes de higienização, raio-X, maqueiros, nutrição, farmácia e manutenção são essenciais para assegurar a padronização funcional, proteção contra agentes físicos, químicos e biológicos, além de atender às exigências relativas à segurança do trabalho e às normas sanitárias aplicáveis aos ambientes hospitalares e operacionais.

Os calçados de segurança, botas, coturnos e sapatos profissionais possuem relevante importância para a prevenção de acidentes ocupacionais, proporcionando estabilidade, proteção ergonômica, resistência e conforto aos servidores que executam atividades contínuas, externas ou de elevado desgaste físico.

A contratação também se justifica pela necessidade de reposição periódica dos materiais

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo, das condições operacionais e da manutenção da adequada apresentação funcional dos servidores municipais.

Além disso, a aquisição centralizada possibilita maior padronização dos itens, controle administrativo, economicidade, eficiência logística e melhor gestão dos recursos públicos, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e continuidade dos serviços públicos.

A aquisição de uniformes para os servidores públicos municipais faz-se necessária para padronizar a vestimenta dos mesmos durante a prestação dos serviços públicos. A uniformização dos trabalhadores, com vestimentas que apresentem o brasão do município, além de aumentar a sensação de pertencimento e valorizar os profissionais, também faz com que a população atendida por eles, se sinta mais segura ao identificar, com facilidade, os servidores que estão à serviço da Administração Pública. Há de se ressaltar que o uniforme é uma peça que traz maior credibilidade aos trabalhos prestados, profissionalismo, organização e segurança.

Além dos uniformes, há necessidade da aquisição de equipamentos de segurança pessoal e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os Guardas Civis Municipais, considerando que diariamente estão engajados em operações que visam a manutenção da ordem e do bem-estar social nos ambientes públicos do município, enfrentando diversas situações de risco que exigem proteção adequada para garantir sua segurança e integridade física.

Tais equipamentos de segurança pessoal e EPIs são fundamentais para prevenir lesões, minimizar os riscos de acidentes e proteger a saúde desses trabalhadores frente às ameaças encontradas durante a realização de suas tarefas. A falta de equipamento adequado não somente coloca em risco a segurança dos Guardas Civis Municipais, mas também compromete a eficácia das operações de segurança, podendo resultar em consequências graves para a ordem pública e para o bem-estar da comunidade de Santo Estêvão/BA.

Tal necessidade estende-se para os prestadores de serviços (manutenção de logradouros e limpeza pública) e pessoal administrativo da secretaria de obras.

Ainda, a Secretaria Municipal de Mobilidade, Transporte e Trânsito necessita de

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

fardamento a fim de garantir a padronização, qualidade e durabilidade dos uniformes, assegurando a identificação adequada, profissionalismo e representatividade institucional. Além disso, a aquisição centralizada otimiza recursos, garante conformidade com normas e reduz custos operacionais e administrativos.

Em suma, a aquisição de uniformes, fardamentos e acessórios é justificada pela necessidade de reposição dos itens já desgastados pelo uso contínuo intenso, bem como para atender às demandas geradas pelas futuras contratações de novos servidores.

A aquisição de uniformes, fardamentos e acessórios, tem por objetivo (solução) a substituição dos respectivos itens já desgastados devido ao uso contínuo. Tal fato se faz necessário pois além da identificação, o uso de uniformes e fardas transmitem uma imagem de organização e padronização do quadro funcional. Assim como os acessórios são indispensáveis para assegurar a eficiência, segurança e adequada execução das atividades desempenhadas.

Sendo assim, as especificações técnicas são imprescindíveis para garantir a aquisição de vestuário de alta qualidade e durabilidade, alinhados às necessidades operacionais. Essas especificações também permitem a padronização de aspectos como cores, tipos de tecido, acabamentos e demais detalhes (zíperes, etc.), assegurando que os uniformes atendam aos requisitos funcionais e estéticos necessários para o desempenho das atividades profissionais.

Tal necessidade estende-se para os prestadores de serviços (manutenção de logradouros e limpeza pública) e pessoal administrativo da secretaria de obras, os quais necessitam de fardamento, de modo a atender:

Segurança e Saúde no Trabalho: O fardamento adequado, incluindo itens como calças compridas, camisas de manga longa, coletes refletivos, luvas, botas de segurança e outros Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), é essencial para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores durante a execução de suas atividades. Estes profissionais estão expostos a diversos riscos, como contato com materiais perfurocortantes, produtos químicos, intempéries (sol, chuva, vento), poeira e tráfego de veículos. O fardamento adequado minimiza a exposição a esses riscos, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais.

Identificação e Visibilidade: O uso de fardamento padronizado facilita a identificação dos prestadores de serviço pela população, permitindo que os cidadãos os reconheçam como

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

funcionários da prefeitura e possam interagir com eles para solicitar informações ou reportar problemas. A visibilidade, especialmente através de elementos refletivos, é crucial para a segurança dos trabalhadores em áreas de tráfego intenso, principalmente durante o período noturno ou em condições de baixa luminosidade.

Profissionalismo e Imagem Institucional: O fardamento contribui para a construção de uma imagem profissional e organizada dos serviços prestados pela Secretaria de Obras. A padronização transmite seriedade, responsabilidade e cuidado com a apresentação dos seus colaboradores, refletindo positivamente na percepção da população sobre a administração municipal.

Durabilidade e Adequação às Condições de Trabalho: As atividades de manutenção de logradouros e limpeza pública exigem vestimentas resistentes e adequadas às condições climáticas locais. Uma empresa especializada poderá fornecer fardamentos com tecidos duráveis, confortáveis e que atendam às especificidades das tarefas realizadas, garantindo a longevidade das peças e o bem-estar dos trabalhadores.

Identificação e Pertencimento: O fardamento para o pessoal administrativo, embora com características diferentes dos uniformes operacionais, contribui para a identificação dos servidores e fortalece o sentimento de pertencimento à equipe da Secretaria de Obras. Isso pode melhorar a comunicação interna e facilitar a interação com o público que busca atendimento na secretaria.

Padronização e Imagem Institucional: Mesmo em um ambiente administrativo, a padronização do vestuário contribui para a construção de uma imagem profissional e organizada da secretaria. Transmite uma mensagem de seriedade e uniformidade, o que pode ser importante no contato com fornecedores, outros órgãos públicos e cidadãos.

Praticidade e Economia: O fornecimento de uniformes pode ser mais prático e econômico para os servidores, evitando gastos individuais com vestuário adequado para o trabalho.

Identificação com a Instituição – Fortalecer a identidade visual da instituição pública perante a população, reforçando a confiança nos serviços prestados.

Facilidade na Fiscalização e Controle – Diferenciar funcionários de terceiros ou visitantes,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

garantindo maior controle de acesso em ambientes administrativos e operacionais.

Melhoria da Imagem Institucional – Um fardamento bem cuidado transmite profissionalismo e aumenta a confiança da comunidade na Guarda Municipal.

No tocante às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a aquisição de fardamento específico para os profissionais do SAMU é essencial para assegurar a identificação, segurança e padronização das equipes que atuam no atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência. O fardamento adequado se justifica pelos seguintes aspectos:

Segurança e Proteção: Os uniformes são confeccionados com materiais apropriados, garantindo proteção contra agentes externos, intempéries e exposição a fluidos biológicos durante os atendimentos.

Identificação Profissional: O uso de fardamento padronizado facilita a identificação dos socorristas, assegurando maior organização e credibilidade no atendimento à população.

Durabilidade e Manutenção: Devido à rotina intensa e à exposição a diversas condições climáticas e operacionais, há necessidade de reposição periódica dos uniformes, garantindo que os profissionais desempenhem suas funções com conforto e segurança.

Conformidade com Normas Regulamentadoras: O fardamento segue padrões estabelecidos por normas técnicas de segurança no trabalho, contribuindo para a regularidade das operações do SAMU.

A aquisição de enxoval hospitalar, incluindo lençóis, fronhas, aventais, toalhas e demais itens têxteis, é fundamental para a manutenção da qualidade da assistência prestada. O fornecimento desses materiais se justifica pelos seguintes motivos:

Higienização e Controle de Infecção: O uso adequado de enxoval hospitalar contribui para a biossegurança dos ambientes de saúde, reduzindo riscos de contaminação cruzada e garantindo a segurança dos pacientes e profissionais.

Substituição de Materiais Desgastados: O desgaste natural dos itens devido ao uso contínuo exige reposição periódica para assegurar a qualidade e a higiene dos serviços prestados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Melhoria no Atendimento ao Paciente: O fornecimento adequado de enxoval hospitalar melhora a experiência dos usuários do SUS, garantindo conforto e dignidade durante o atendimento.

Sendo assim, as especificações técnicas são imprescindíveis para garantir a aquisição de vestuário de alta qualidade e durabilidade, alinhados às necessidades operacionais. Essas especificações também permitem a padronização de aspectos como cores, tipos de tecido, acabamentos e demais detalhes (zíperes, etc.), assegurando que os uniformes atendam aos requisitos funcionais e estéticos necessários para o desempenho das atividades profissionais.

4. SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando à futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), acessórios e calçados destinados aos servidores das diversas secretarias e órgãos do Município de Santo Estêvão/BA, conforme demandas administrativas e operacionais identificadas pela Administração Pública Municipal.

A contratação tem como objetivo garantir melhores condições de trabalho, segurança ocupacional, padronização visual, identificação funcional e adequação às normas de saúde e segurança do trabalho, assegurando eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos municipais.

A solução contempla o fornecimento parcelado dos itens, conforme necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, possibilitando maior flexibilidade no gerenciamento das aquisições e melhor adequação ao planejamento orçamentário do Município.

1. Abrangência da Solução

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

A solução abrange o fornecimento de materiais destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias municipais, incluindo setores administrativos, operacionais, técnicos e de campo, tais como:

- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Guarda Municipal;
- Demais unidades administrativas do Município.

Os itens serão utilizados por servidores que desempenham atividades internas e externas, os EPI's para os Guardas Municipais a riscos físicos, exigindo o uso contínuo de uniformização e proteção adequada.

2. Composição da Solução

A contratação compreenderá o fornecimento de itens diversos, agrupados conforme sua finalidade e utilização:

2.1 Uniformes

Incluem peças destinadas à padronização e identificação dos servidores municipais, tais como:

- camisas;
- calças;
- colete balístico;
- bonés;
- macacões;
- fardamentos operacionais;
- roupas específicas para equipes da saúde;
- uniformes personalizados com logomarca institucional.

Os uniformes deverão apresentar:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- resistência e durabilidade;
- conforto térmico;
- ergonomia;
- padronização visual;
- qualidade no acabamento;
- adequação às atividades desempenhadas;
- disponibilidade em tamanhos variados.

2.2 Equipamentos de Proteção Individual – EPIs

A solução contempla o fornecimento de EPIs destinados à proteção da Guarda Municipal contra riscos ocupacionais, incluindo, entre outros:

- Bornal de perna;
- Fiel retrátil;
- Cassetete
- Bastão tático;
- Colete balístico;
- Bota

Todos os EPIs deverão:

- possuir Certificado de Aprovação (CA) válido;
- atender às Normas Regulamentadoras (NRs);
- observar as normas da ABNT aplicáveis;
- garantir proteção adequada aos riscos inerentes às atividades exercidas.

2.3 Calçados Funcionais e de Segurança

Serão adquiridos calçados destinados às atividades administrativas, operacionais e de campo, compreendendo:

- botas ocupacionais;
- sapatos de segurança;
- coturnos;
- calçados antiderrapantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Os produtos deverão oferecer:

- conforto e ergonomia;
- resistência ao desgaste;
- segurança;
- estabilidade;
- proteção contra impactos e escorregamentos;
- adequação às normas de segurança aplicáveis.

2.4 Acessórios Complementares

A solução poderá incluir acessórios vinculados à uniformização e às atividades funcionais, tais como:

- mochilas;
- bolsas;
- cintos;
- acessórios operacionais diversos.

3. Forma de Execução da Solução

A contratação será operacionalizada mediante Ata de Registro de Preços, permitindo que os itens sejam solicitados de forma parcelada e conforme necessidade da Administração Pública.

O fornecimento ocorrerá mediante emissão de ordens de fornecimento, observando:

- quantitativos estimados;
- necessidade de reposição;
- admissões de novos servidores;
- substituição por desgaste natural;
- disponibilidade orçamentária;
- planejamento das secretarias requisitantes.

A empresa contratada deverá garantir:

- regularidade no fornecimento;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- cumprimento dos prazos de entrega;
- qualidade dos materiais;
- substituição de produtos defeituosos;
- manutenção das especificações exigidas no edital e termo de referência.

4. Justificativa da Utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando que:

4.1 Demanda Variável

Os quantitativos dos itens não podem ser definidos com precisão absoluta, pois dependem de fatores como:

- rotatividade de servidores;
- ampliação de equipes;
- desgaste dos materiais;
- necessidade de reposição;
- demandas supervenientes.

O SRP permite aquisições conforme necessidade real de consumo.

4.2 Economicidade

A centralização das aquisições possibilita:

- ganho de escala;
- redução de custos administrativos;
- preços mais vantajosos;
- racionalização das contratações públicas;
- redução de processos licitatórios repetitivos.

4.3 Eficiência Administrativa

O SRP proporciona:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- maior agilidade nas aquisições;
- redução de procedimentos burocráticos;
- melhor gestão dos estoques;
- continuidade do abastecimento dos setores municipais.

4.4 Flexibilidade e Planejamento

A Ata de Registro de Preços permite:

- contratações parceladas;
- melhor controle financeiro;
- adequação ao orçamento disponível;
- atendimento contínuo das demandas administrativas.

5. Benefícios Esperados

Com a implementação da solução, espera-se:

- melhoria das condições de trabalho dos servidores;
- fortalecimento da segurança ocupacional;
- redução de acidentes de trabalho;
- padronização da identidade visual institucional;
- maior eficiência administrativa;
- otimização dos recursos públicos;
- redução de aquisições emergenciais;
- continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados à população.

6. Viabilidade da Solução

A solução apresenta viabilidade técnica e econômica, considerando:

- ampla oferta de fornecedores no mercado;
- existência de competitividade no segmento;
- possibilidade de fornecimento parcelado;
- adequação ao modelo de SRP;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- compatibilidade com as necessidades da Administração Municipal;
- observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

Diante das necessidades identificadas, conclui-se que a futura e eventual aquisição de uniformes, EPIs, acessórios e calçados, por meio do Sistema de Registro de Preços, constitui solução adequada, eficiente e economicamente vantajosa para atender às demandas do Município de Santo Estêvão, assegurando melhores condições de trabalho aos servidores, atendimento às normas de segurança e continuidade dos serviços públicos municipais.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O objeto deste Termo de Referência será fornecido de **forma parcelada**, conforme solicitação das secretarias, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, após a solicitação. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante justificativa formal à secretaria.

4.2 Caberá única e exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga dos itens de aquisição, assim como os custos provenientes de tais atos.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria Solicitante não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4 Quanto ao colete balístico: As capas, na parte interna, e os invólucros dos painéis balísticos dos coletes deverão possuir etiquetas de modo a identificá-los de maneira clara e durável, conforme disposto neste Memorial Descritivo e, no que couber, nas normas mencionadas. Todo o material utilizado como camadas no interior do invólucro deverá possuir as mesmas proporções de tamanhos e cortes.

4.4.1 Não poderá existir nenhum tipo de propaganda do fabricante nas áreas visíveis do Colete Balístico (capa face externa) ou nos acessórios, a exemplo de etiquetas expostas, marcas impressas e/ou outras de mesma natureza, devendo estas estarem vinculadas às partes internas dos materiais, não visíveis e em conformidade com as normas e descrições do presente termo.

4.4.2 Fica vedado o fornecimento de material reconicionado ou reutilizado, tanto em relação aos painéis de proteção balística como para suas capas de proteção e de uso externo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

4.4.3 Deverão ser confeccionadas bolsas para transporte, de material resistente e de qualidade, nas quais serão acondicionados os coletes balísticos com as respectivas capas

4.4 Os uniformes deverão atender aos padrões de qualidade, conforto, resistência e identidade visual exigidos para uso contínuo em atividades operacionais e administrativas.

Exigências mínimas:

- Tecidos com resistência adequada ao desgaste diário;
- Costuras reforçadas;
- Resistência à lavagem e ao desbotamento;
- Modelagem ergonômica;
- Tamanhos variados conforme demanda da Administração;
- Personalização com brasões, logomarcas, identificação funcional e faixas refletivas, quando aplicável;
- Padronização de cores conforme cada secretaria ou setor;
- Acabamento profissional;
- Ausência de defeitos de fabricação.

4.5 Os Equipamentos de Proteção Individual deverão atender às normas regulamentadoras aplicáveis, especialmente as relacionadas à segurança do trabalho.

4.6A contratada deverá observar, sempre que possível:

- 4.6.1 Uso de materiais ambientalmente adequados;
- 4.6.2 Redução de desperdícios;
- 4.6.3 Embalagens recicláveis;
- 4.6.4 Processos produtivos sustentáveis;
- 4.6.5 Atendimento às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

4.7 Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

4.8 Os documentos de habilitação são necessários à contratação, tendo em vista que são o conjunto de informações que demonstram a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, bem como exercer direitos e assumir obrigações, demonstrar a aptidão econômico-financeira do licitante em cumprir suas obrigações. Os documentos exigidos estão dentro dos parâmetros exigidos pela lei 14.133/2021.

Sendo assim, os documentos exigidos serão:

DA HABILITAÇÃO

- a) Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- e) Caso não seja possível a consulta nos cadastros acima, a consulta poderá ser substituída pela certidão Consolidada Jurídica ([https://certidoes-](https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) apf.apps.tcu.gov.br/) e Certidão Negativa de Inidôneos e inabilitados dos sócios majoritários (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:6596180056520::NO:3,4,6>).
- f) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- g) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

similares, dentre outros.

h) Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

I) Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

II) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

III) A habilitação dos licitantes será verificada por meio do site eletrônico <https://bll.org.br/>, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

IV) Será solicitado os documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, que será verificada por meio do endereço eletrônico <https://bll.org.br/>, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica. No prazo de até 02:00 horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021, a partir da notificação da Pregoeira.

XI) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, em sede de diligência, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02:00 horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

XII) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
 - b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
 - b.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

- c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

c.3.1) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.1333/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital social de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

Qualificação Técnica:

a) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;

a.2) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela Administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

SERÃO SOLICITADOS EXCLUSIVAMENTE PARA O LOTE 4 OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

a.4) Declaração de que apresentará no momento da entrega:

a.4.1) RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA (RAT) e RELATÓRIO TÉCNICO EXPERIMENTAL (RETEX), ou LAUDO PROVISÓRIO, com normatização de aprovação exigida pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, por meio do CAEx, dentro do prazo de validade, em que estejam descritos os testes que foram submetidos e seus resultados, devendo ainda indicar as normas e especificações da NIJ STD 0101.04, do Ministério da Justiça dos Estados Unidos da América, e ser aprovado em testes realizados nos Campos de provas da Marambaia pelo Exército Brasileiro – Ministério da Defesa; e Certificado de Registro ou Título de Registro do produto apostilado.

a.4.2) Laudo da capa externa e interna do tecido utilizados na confecção dos coletes. Os laudos deverão ser emitidos pelo IPT, SENAI ou laboratório que seja acreditado pelo INMETRO.

a.4.3) Os coletes de proteção balística deverão obedecer às normas estabelecidas pelo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Exército Brasileiro (EB), conforme Portaria nº 18 de 19/12/2006/MD - Ministério da Defesa e legislações complementares.

a.4.4) Certificado de Aprovação conforme Portaria nº 191 de 04 de dezembro de 2006

a.4.5) Título de Registro se for fabricante ou o Certificado de Registro, se comerciante, do objeto Colete Balístico, ambos expedidos pelo Exército Brasileiro;

a.5) Os coletes devem estar em conformidade com a portaria nº189 EME/2020, de acordo com a norma Padrão NIJ – Standart – 0101.04, no que diz respeito às normas balísticas, como também às exigências complementares.

a.6) Declaração de que apresentará, em momento oportuno: TÍTULO DE REGISTRO, acompanhado do apostilamento da autorização para fabricar e comercializar o objeto desta licitação, expedidos pelo Ministério da Defesa (Exército Brasileiro), através da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) ou pelo Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC), no caso de fabricante.

a.7) Os documentos comprobatórios das declarações das alíneas “a.4” a “a.9” deverão ser apresentados apenas pela licitante vencedora.

a.8) As capas, na parte interna, e os invólucros dos painéis balísticos dos coletes deverão possuir etiquetas de modo a identificá-los de maneira clara e durável, conforme disposto neste Memorial Descritivo e, no que couber, nas normas mencionadas. Todo o material utilizado como camadas no interior do invólucro deverá possuir as mesmas proporções de tamanhos e cortes. Não poderá existir nenhum tipo de propaganda do fabricante nas áreas visíveis do Colete Balístico (capa face externa) ou nos acessórios, a exemplo de etiquetas expostas, marcas impressas e/ou outras de mesma natureza, devendo estas estarem vinculadas às partes internas dos materiais, não visíveis e em conformidade com as normas e descrições do presente termo.

4.7 INDICAÇÃO DE MARCAS:

4.7.1 Não se faz necessária a indicação de marcas na presente contratação, por parte da administração. O licitante deverá apresentar na proposta a indicação da marca.

4.8 DA SUBCONTRATAÇÃO:

Admite-se a subcontratação parcial deste objeto, em 50%.

Conforme o entendimento do TCU, é preferível a contratação parcial do objeto, não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação ou administração de contrato. Além disso, o contratado permanece como responsável legal e contratualmente pela parte subcontratada.

Assim, o art. 122 da Lei 14.133/2021 traz que:

“Na execução do contrato e sem prejuízo das

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação”.

A subcontratação parcial pode acelerar o processo de execução dos serviços. Empresas menores ou mais localizadas podem ter maior capacidade logística para executar os serviços em prazos mais curtos, além de fomentar o comércio local.

A fim de melhor assegurar a satisfação do interesse público envolto na contratação, cumpre à Administração exigir os documentos capazes de **comprovar a idoneidade e a capacidade técnica do interessado para desempenhar as parcelas que serão objeto da subcontratação**. Isso se deve por conta do princípio da indisponibilidade do interesse público, que impõe a obrigação de, ainda que o subcontratado não participe da contratação, adotar cautelas tendentes a garantir seu resultado e, assim, proteger o interesse público.

Condições para a subcontratação: Os requisitos exigidos do subcontratado: qualificação técnica e econômico-financeira que sejam indispensáveis à execução do objeto. Portanto, deverá apresentar habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e cumpre o

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição, além daqueles pertinentes à comprovação de sua qualificação técnica, os quais deverão replicar os requisitos constantes do edital de licitação para a parcela que se pretende subcontratar, qualificação econômico-financeira e as declarações obrigatórias exigidas em edital.

No **Acórdão nº 1.272/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União**, ao tratar da exigência de comprovação de regularidade fiscal pela empresa subcontratada, o Ministro Relator entendeu que tal condição retrata “decorrência lógica do requisito legal da comprovação da regularidade fiscal da empresa contratada. Se terceiros, que não o contratado, vão executar serviços, ainda que indiretamente, para o Poder Público, tal prestação não pode ser oriunda de empresa irregular”.

TCU: “No caso de subcontratação de parcela da obra para a qual houve solicitação de atestados de qualificação técnica na licitação, ou na hipótese de não terem sido exigidos atestados por se tratar de serviço usualmente prestado por limitadíssimo número de empresas, a contratada original deve exigir da subcontratada comprovação de capacidade técnica, disposição essa que deve constar, necessariamente, do instrumento convocatório”. **(TCU, Acórdão nº 2.992/2011, Plenário, TC-008.543/2011-9, Rel. Min. Valmir Campelo, 16.11.2011.)**

É proibida a subcontratação:

1. Completa ou da parcela principal da contratação;
2. Das parcelas de maior relevância técnica;
3. De ME/EPP que esteja participando da licitação;
4. De ME/EPP que tenha um ou mais sócios em comum com a empresa contratante; e
5. Para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

4.9 GARANTIA DA PROPOSTA:

a) No momento da apresentação da proposta de preços inicial, cadastrada na plataforma de licitações BLL Compras, será exigida garantia de proposta, nos termos do Art. 58 da Lei nº 14.133/21. A comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, será como requisito de pré-habilitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- b) O licitante deverá anexar, no momento do cadastro da sua proposta, no campo “documento comprovador” do portal BLL Compras, o seu arquivo que comprove a sua garantia de proposta. O referido documento anexado, será aberto e verificado a sua regularidade e requisitos legais, após a fase de lances.
- c) A garantia de proposta deverá ser de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, e proporcionalmente à quantidade de lotes que o licitante participar, quando for o caso.
- d) A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, quando for o caso.
- e) Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- f) A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21.
- g) A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.
- h) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- i) A garantia da proposta poderá ser prestada em umas modalidades previstas no § 1º do Art. 96 da Lei nº 14.133/21.
- j) O licitante que não apresentar a garantia de propostas, nos termos estabelecidos neste Edital, será desclassificado, tendo em vista se tratar de requisito de pré-habilitação.

4.10 GARANTIA DO CONTRATO:

4.10.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Das Amostras

Não haverá a necessidade da apresentação de amostras. As amostras podem ser substituídas por catálogos com todas as especificações e descrições do item.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O fornecimento contratado será realizado por execução indireta.

5.2 O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade de cada secretaria, com prazo de entrega a 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho. **O prazo poderá ser prorrogável por igual período mediante solicitação à secretaria demandante.**

5.3 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Deverão estar inclusos nos preços as taxas de serviços ou quaisquer outras que porventura incida sobre o contrato de fornecimento dos produtos de limpeza, objeto desta contratação;

b) A empresa vencedora deverá atender a todas as despesas decorrentes de impostos, taxas e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes.

c) A Contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de conservação. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do fornecimento. O fornecimento será executado pela empresa adjudicada, não se admitindo recusa da parte daquela em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

d) A comunicação do órgão poderá ser feita através de forma eletrônica, valendo-se para tanto do e-mail do preposto indicado na Proposta de Preços.

e) Por se tratar de mera estimativa de gastos, o valor mencionado não constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro para o município, razão pela qual não poderá ser exigida, nem considerada como valor para pagamento mínimo, ou qualquer indenização à proponente vencedora.

f) Todas as despesas relacionadas ocorrerão por conta do fornecedor, sob o qual ficará a total responsabilidade de realizar o fornecimento adequado, garantindo a sua total eficiência.

5.4 A entrega deverá ser cumprida, rigorosamente dentro dos padrões estabelecidos durante o período de vigência do contrato.

5.5 Os produtos deverão corresponder ao descrito na proposta do contratado e guardar conformidade com a especificação do termo de referência, inclusive quanto a marca e modelo;

5.6 Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade, isentos de vícios e avarias e corresponder à especificação e aos quantitativos indicados na ordem de fornecimento, devendo os produtos serem substituídos caso não atendem a esses requisitos e aos demais previstos nesse Termo De Referência.

5.7 Todo fornecimento deverá vir acompanhado de um recibo de entrega contendo o quantitativo de cada produto, conforme unidade de fornecimento, e o nome do solicitante, devendo uma via ser entregue ao servidor designado pela Administração para receber os produtos.

5.8 O fornecimento do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Local de entrega: conforme a emissão da Ordem de Fornecimento.

b) Dias e horários da entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

c) Periodicidade do fornecimento: Conforme emissão da Ordem de Fornecimento de cada secretaria.

5.9 A CONTRATADA deverá executar o contrato utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução do fornecimento, conforme ordem de solicitação emitida pela Secretaria solicitante.

5.10 A vigência da ATA SRP regida por esta lei deverá observar no momento da contratação e a

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

cada exercício financeiro, a disponibilidade dos créditos orçamentários, bem como, a previsão do Plano Plurianual quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, desde que atendido o disposto no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, ou desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar do ano corrente.

5.11 O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida contratação, se dará:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando houver;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

5.12 Desde que necessário e devidamente justificado, os prazos definidos acima poderão ser modificados conforme acordo entre as partes.

5.13 Caso o bem fornecido apresente alguma alteração com o que foi apresentado inicialmente, com o modelo, e dessa forma, não atenda às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a empresa Contratada a providenciar a substituição ou reparação dos bens não aceitos no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

5.14 O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

5.15 O objeto deverá ser fornecido novo, sem uso. A entrega deverá ser feita pelo próprio fabricante ou por seus representantes devidamente autorizados.

5.16 Caso não seja possível a entrega na data acordada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela secretaria demandante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.17 Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;

5.18 Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado;

5.19 Encaminhar a nota de empenho para a Contratada;

5.20 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

5.21 Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

especialmente designado para tanto;

5.22 Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência;

5.23 Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

5.24 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.25 Fornecer os produtos conforme especificações da proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

5.26 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação;

5.27 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Santo Estêvão/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

5.28 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

5.29 Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.

5.30 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

5.31 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

5.32 Submeter-se-á a todas as normas e condições do Termo de Referência e seus anexos, que integram este contrato, independente da transcrição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

5.33 Substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, vícios, avarias, desconformidades, desgaste prematuro ou que estejam em desacordo com as especificações do contrato;;

5.34 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.35 Fornecer uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), acessórios e calçados novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de uso e apresentação, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE;

5.36 Entregar os materiais nos quantitativos, locais e prazos definidos pela Administração Municipal, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, carga, descarga, seguro e acondicionamento dos produtos até o recebimento definitivo;

5.37 Garantir que todos os produtos fornecidos estejam em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho relativas aos EPIs, incluindo Certificado de Aprovação (CA) válido, quando exigido;

5.38 Responsabilizar-se pela qualidade, resistência, durabilidade, segurança e desempenho dos materiais fornecidos;

5.39 Apresentar, sempre que solicitado, catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos, amostras e demais documentos comprobatórios da qualidade e conformidade dos produtos;

5.40 Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

5.41 Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato, não gerando vínculo empregatício com o Município;

5.42 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do contrato ou o cumprimento dos prazos estabelecidos;

5.43 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

5.44 Observar as normas de sustentabilidade ambiental, segurança do trabalho e responsabilidade social aplicáveis ao objeto contratado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

5.45 Responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual;

5.46 Fornecer os produtos devidamente identificados, embalados e etiquetados, contendo informações de fabricante, composição, tamanho, lote e demais dados necessários à rastreabilidade;

5.47 Prestar garantia mínima dos produtos conforme especificado no Termo de Referência ou, na ausência de previsão específica, conforme garantia legal aplicável;

5.48 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários, observado o limite legal previsto na Lei nº 14.133/2021;

5.49 Atender prontamente às solicitações e determinações da fiscalização designada pela CONTRATANTE, prestando todas as informações necessárias ao acompanhamento da execução contratual.

6 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1 Não se aplica a garantia contratual na presente contratação.

6.2 Não se aplica a presente contratação a manutenção e assistência técnica.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.2.1 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

incorrekções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.7 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.8 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.9 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.10 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.11 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

7.12 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

7.13 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.14 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

7.15 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.16 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.17 O prazo para assinatura do contrato são de 02 (dois) dias úteis e referente a Ata SRP são 05 (cinco) dias úteis.

Gestor do Contrato

7.17 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.18 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.19 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

7.22 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.24 O gestor do contrato, terá atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

I - analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

7.25 O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

7.26 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 DA MODALIDADE E FORMA:

8.1.1 A seleção do fornecedor deverá ser realizada pela seleção da proposta mais vantajosa e que cumpra todos os requisitos previstos neste Termo de Referência.

8.1.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob sua forma Eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 6, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

8.2.1 Será adotado o critério de julgamento da proposta pelo MENOR PREÇO POR LOTE, organizados de forma sistêmica e com pertinência temática, sem inversão da fase de habilitação.

8.2.2 O orçamento não será sigiloso.

8.3 MODO DE DISPUTA:

Aberto: Envolve a apresentação de **lances públicos e sucessivos**, que podem ser crescentes ou decrescentes. Os participantes têm conhecimento em tempo real dos lances durante a disputa, permitindo que apresentem lances melhores no decorrer da sessão pública.

Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021, conforme indicado **no item 4 deste Termo de Referência**. Os documentos de habilitação são necessários à contratação, tendo em vista que são o conjunto de informações que demonstram a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, bem como exercer direitos e assumir obrigações, demonstrar a aptidão econômico-financeira do licitante em cumprir suas obrigações. Os documentos exigidos estão dentro dos parâmetros exigidos pela lei 14.133/2021.

Na Lei nº 14.133/2021, a exigência de documentos de habilitação no processo licitatório tem como principal justificativa garantir que a Administração Pública contrate com empresas ou profissionais que possuam condições reais de cumprir o contrato.

Finalidade da habilitação

A fase de habilitação serve para verificar a idoneidade e a capacidade do licitante, assegurando que ele atende aos requisitos mínimos legais, técnicos e econômicos para executar o objeto licitado. Isso protege o interesse público e reduz riscos como inadimplência, má execução ou fraudes.

O que se busca comprovar

De acordo com a lei, a documentação de habilitação é exigida para comprovar:

- ✓ Habilitação jurídica

Demonstra a existência legal da empresa e sua capacidade de atuar (contrato social, registro, etc.).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- ✓ Regularidade fiscal e trabalhista

Garante que o licitante está em dia com tributos e obrigações trabalhistas, evitando contratação com empresas irregulares.

- ✓ Qualificação técnica

Comprova que o licitante possui experiência e capacidade técnica para executar o objeto (atestados, registros profissionais).

- ✓ Qualificação econômico-financeira

Avalia a saúde financeira da empresa, reduzindo o risco de não cumprimento do contrato.

Justificativa jurídica

A exigência desses documentos está fundamentada em princípios previstos na própria lei, como:

- ✓ Princípio da legalidade
- ✓ Princípio da isonomia
- ✓ Princípio da eficiência
- ✓ Princípio da seleção da proposta mais vantajosa

A apresentação de documentos de habilitação, conforme a Lei 14.133/2021, é essencial para:

- ✓ Proteger o interesse público
- ✓ Assegurar a boa execução contratual
- ✓ Promover contratações seguras e eficientes
- ✓ Evitar riscos administrativos e financeiros

8.4 DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

A decisão fundamenta-se na natureza do objeto a ser contratado, que consiste no fornecimento de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, não demandando, portanto, a conjugação de esforços técnicos ou operacionais de múltiplas empresas para sua adequada execução. Trata-se de aquisição de baixa complexidade técnica, cuja execução pode ser satisfatoriamente atendida por empresas que atuam individualmente no ramo.

Ademais, a participação de consórcios, no presente caso, poderia comprometer a celeridade e a eficiência do certame, tendo em vista a maior complexidade na análise documental, na gestão contratual e na responsabilização dos envolvidos, o que não se mostra vantajoso para a Administração Pública.

Ressalta-se ainda que a vedação não restringe a competitividade do certame, uma vez que existe ampla oferta de fornecedores no mercado aptos a atender integralmente às

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

exigências do edital, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A medida encontra respaldo na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, que faculta à Administração, mediante justificativa, admitir ou vedar a participação de consórcios, conforme a conveniência e oportunidade, considerando as características do objeto licitado.

Dessa forma, visando assegurar maior eficiência, economicidade, simplicidade na condução do processo licitatório e na execução contratual, bem como a adequada responsabilização da contratada, justifica-se a vedação da participação de empresas em consórcio no presente certame.

8.5 JUSTIFICATIVA PARA O SRP

A adoção do SRP fundamenta-se na necessidade de atender demandas futuras, eventuais e parceladas das diversas Secretarias Municipais, considerando que não é possível definir, com precisão, os quantitativos exatos a serem adquiridos ao longo do período de vigência da ata. Tal característica torna o sistema mais adequado, pois permite contratações conforme a real necessidade da Administração, evitando aquisições desnecessárias ou insuficientes.

Ressalta-se que o objeto da contratação consiste em bens comuns, com especificações usuais de mercado, o que viabiliza a utilização do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o SRP proporciona maior economicidade à Administração Pública, na medida em que possibilita a obtenção de melhores preços por meio da estimativa global de demanda, bem como evita a realização de múltiplos processos licitatórios ao longo do exercício, reduzindo custos operacionais e administrativos.

Outro ponto relevante é a flexibilidade proporcionada pelo sistema, que permite o atendimento de demandas emergenciais e a reposição de materiais de forma mais ágil, sem a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório a cada aquisição, garantindo maior eficiência na gestão pública.

Destaca-se, ainda, que a adoção do SRP contribui para o planejamento administrativo,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

padronização dos itens a serem adquiridos e melhor controle dos estoques, favorecendo a transparência e a racionalização dos gastos públicos.

Diante do exposto, a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais eficiente, econômica e adequada para atender às necessidades das diversas Secretarias do Município de Santo Estêvão – BA, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

8.6 Justificativa para Não Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP)

A não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), referente à futura e eventual contratação de empresa para aquisição de uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), acessórios e calçados destinados aos servidores do Município de Santo Estêvão, fundamenta-se na conveniência administrativa e no interesse público, considerando as particularidades da demanda e do planejamento da Administração Municipal.

A presente contratação possui características específicas e quantitativos elaborados de acordo com as necessidades próprias das Secretarias Municipais, observando peculiaridades relacionadas à padronização visual, identificação funcional, segurança ocupacional e adequação às atividades desempenhadas pelos servidores municipais, o que reduz significativamente a possibilidade de aproveitamento da ata por outros órgãos ou entidades públicas.

Além disso, a divulgação da IRP poderá ocasionar atraso na conclusão do procedimento licitatório, comprometendo o atendimento tempestivo das demandas administrativas essenciais, especialmente no que se refere à reposição e fornecimento contínuo de uniformes e EPIs necessários à segurança, identificação e regular execução dos serviços públicos municipais.

Ressalta-se ainda que a eventual participação de outros órgãos poderia acarretar aumento imprevisível dos quantitativos inicialmente planejados, impactando o gerenciamento contratual, o planejamento orçamentário e a capacidade logística da Administração Municipal.

Dessa forma, considerando:

- a especificidade do objeto;
- a necessidade de celeridade na contratação;
- o reduzido potencial de ganho operacional com adesões compartilhadas;
- e o interesse público na continuidade eficiente dos serviços municipais,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

justifica-se a não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), nos termos do art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021 .

O art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/21 determina que o procedimento de intenção de registro de preços será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante . O Decreto Municipal nº 86/2022 regulamenta o sistema de registro de preços do município QUE Compete ao Departamento de Licitações e Contratos – DLC, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Administração, a implantação, a execução e a contratação de serviços através do Sistema de Registro de Preços e em especial:

- I. Convidar, por correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição de bens, materiais ou serviços objeto de licitação para Registro de Preço

Em atendimento ao disposto no artigo 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 **JUSTIFICA-SE** que no presente caso **não se faz necessário a publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades da administração fora da municipalidade.**

Para a divulgação conforme art. 86, da Lei nº 14.133/21, considerando o Município como única entidade gerenciadora, atendendo ao § 1º do mesmo dispositivo legal, não se faz necessário o aviso para Intenção de Registro de Preços (IRP), haja vista, que atrasaria o procedimento processual, além da elevação do custo de transação e o impacto sobre a atividade administrativa, assim o objeto contratual é de interesse restrito aos órgãos específicos da Administração Pública do Município de Santo Estêvão-BA.

Conclua-se que o Município de Santo Estêvão é a única entidade contratante do procedimento licitatório em epígrafe, optando por gerenciar entre seus órgãos administrativos o presente objeto. Assim, **justifica-se a não divulgação da presente IRP**, considerando o mencionado e a ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos/entes fora do município, levando este ente a qualidade de órgão gerenciador.

8.7 ADESÃO À ATA

A decisão fundamenta-se na necessidade de resguardar o adequado planejamento da contratação, elaborado com base exclusivamente nas demandas internas do Município, considerando suas especificidades administrativas, operacionais e orçamentárias. Os

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

quantitativos registrados na ata foram dimensionados de forma a atender com precisão as necessidades das diversas Secretarias Municipais, não comportando margem de ampliação sem prejuízo à execução regular do objeto.

Ressalta-se que a eventual adesão por outros órgãos ou entes poderia comprometer o equilíbrio entre oferta e demanda pactuado com os fornecedores, ocasionando risco de insuficiência de quantitativos, atrasos nas entregas e possível prejuízo ao atendimento das unidades municipais, especialmente em serviços essenciais.

Ademais, a ampliação do escopo da ata para atendimento de demandas externas poderia impactar negativamente a economicidade e a eficiência da contratação, uma vez que os preços, prazos e condições foram definidos considerando exclusivamente o contexto e a escala de consumo do Município de Santo Estêvão.

Destaca-se, ainda, que a negativa de adesão preserva a segurança jurídica da contratação e assegura a execução adequada do objeto, evitando sobrecarga dos fornecedores e garantindo a manutenção da qualidade dos materiais permanentes adquiridos.

Dessa forma, em observância aos princípios da eficiência, planejamento, continuidade dos serviços públicos e supremacia do interesse público, **conclui-se pela não autorização de adesão de outros entes ou órgãos à referida Ata de Registro de Preços.**

8.8 JUSTIFICATIVA DO LOTE

Com o fito de justificar a modalidade adotada para aquisição dos materiais objeto do certame, bem como, visando assegurar e prover as necessidades da Administração Pública, registre-se que o processamento de licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, por intermédio do critério menor preço por lote, atende aos critérios estabelecidos pela súmula 247 do TCU:

**SÚMULA Nº 247 da lei de licitações – “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto,*

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

Isso porquanto assegurará economia de escala, levando-se em consideração o volume de aquisição e as segregações gêneros de cada objeto, segundo a sua familiaridade da cadeia econômica, sem que isso implique em qualquer restrição à competitividade. Portanto, no caso em tela, acaso processado o certame por item desencadeará causa latente de prejuízo irreparável à Administração Pública, considerando o evidente ganho de escala nas aquisições.

A principal intenção da Administração em realizar o processo por lote justifica-se pelo princípio da economicidade, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, atentando-se aos custos indiretos da contratação.

Assim, justifica-se a contratação por lote pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de fornecimento poderão implicar em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário.

Ressalta-se ainda a facilidade no controle, gestão e fiscalização de contratos, além de que uniformiza as entregas, melhora o andamento do evento, pois não fica dependente de diversos fornecedores para entrega e distribuição dos materiais, reduz as despesas administrativas, além da economicidade de tempo e agilidade na aquisição dos itens.

8.9 PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

A justificativa para o tratamento diferenciado fundamenta-se em disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), que estabelecem regras e benefícios específicos para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), visando promover a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, bem como a competitividade desses segmentos.

1. Base legal na Lei nº 14.133/2021

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no Art. 4º introduz normas que reforçam o tratamento preferencial às ME/EPP, conforme disposto nos artigos 42 a 49, entre outros. Esses dispositivos preveem:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- ✓ Incentivo à participação de ME/EPP nas licitações públicas: destacando a necessidade de garantir competitividade e acesso igualitário, priorizando pequenos negócios.
- ✓ Reservas de cotas e exclusividade: O art. 48 possibilita a reserva de cota de até 25% do objeto licitado para ME/EPP e, em alguns casos, a exclusividade de participação em itens de até R\$ 80.000,00.
- ✓ Critérios de desempate: Nos termos do art. 44, as ME/EPP têm preferência em situações de empate nas propostas de licitação.

2. Base legal na Lei Complementar nº 123/2006

Possibilidade de regularização de pendências: O art. 43 concede prazo adicional para regularização de documentação fiscal em licitações, promovendo maior acesso desses negócios ao mercado público.

3. Objetivo e relevância do tratamento diferenciado

Essas normas têm como objetivo fomentar o desenvolvimento local e regional, incentivar a inovação, reduzir desigualdades sociais e ampliar a participação de ME/EPP no fornecimento de bens e serviços à Administração Pública. Tais medidas estão alinhadas aos princípios da eficiência e do desenvolvimento sustentável, consagrados na Constituição Federal e nas legislações correlatas.

4. Justificativa específica

Ao aplicar o tratamento diferenciado, busca-se:

Aumentar a competitividade: Criar condições para que pequenos negócios participem de maneira equitativa e sustentável.

- ✓ Fortalecer a economia local: Valorizando empreendedores que geram empregos e renda em suas regiões.
- ✓ Cumprir a legislação vigente: Assegurar que as licitações estejam em conformidade com os princípios legais de equidade e desenvolvimento.

Essa abordagem é essencial para cumprir as políticas públicas de estímulo às micro e pequenas empresas, contribuindo para o fortalecimento do mercado nacional e o alcance dos objetivos estratégicos da Administração Pública.

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

9.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 30 dias úteis** para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

9.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.9.1 O prazo de validade;

9.9.2 A data da emissão;

9.9.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.9.4 O período respectivo de execução do contrato;

9.9.5 O valor a pagar; e

9.9.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

9.12 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.14 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

9.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

9.16 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.17 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

9.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.21 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor estimativo da contratação é de **R\$ 695.832,97 (Seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos)**.

10.2 Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade, incluindo a entrega que deverá ser realizada no Município sem acréscimos. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas e indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão desconsiderados, não sendo aceito acréscimo a qualquer título.

10.3 O valor estimado para a contratação, representa apenas um estimativo máximo dos valores que a Prefeitura de Santo Estêvão/BA, poderá contratar durante a vigência do contrato, sendo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

que a Prefeitura não se compromete em realizar a contratação total dos valores estimados.

11 DO REAJUSTE E DOS PRAZOS

11.1 Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice anual, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021. Será utilizado o índice IPCA.

a) A data-base vinculada para o reajuste será aquela do orçamento estimado, podendo ainda, ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, nos termos do Art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5 Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

11.8 O reajuste só pode ser realizado após 12 (doze) meses da data base, que é a data limite para apresentação da proposta ou do orçamento.

11.9 No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo na economia contratual.

11.10 As demais regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11.11 O prazo para resposta sobre os pedidos de reajuste e reequilíbrio será de até 20 (vinte) dias úteis.

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), no qual não se aplica a obrigatoriedade de bloqueio orçamentário prévio.

Nos termos do art. 17 do Decreto nº 11.462/2023, a comprovação da disponibilidade de créditos orçamentários somente é exigida no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, e não para a deflagração do certame.

Dessa forma, dispensa-se a indicação de dotação orçamentária para a realização de licitação sob o SRP, considerando que o sistema não impõe obrigação de contratação imediata pela Administração Pública. Assim, o bloqueio orçamentário ocorrerá apenas quando houver efetivo pedido de fornecimento ou autorização de execução, garantindo maior flexibilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Em síntese, ao desobrigar a indicação de dotação orçamentária no início do processo licitatório, o Decreto Federal busca desburocratizar e agilizar os procedimentos de registro de preços, alinhando-os à sua natureza peculiar de planejamento prévio e contratação futura, conforme a real necessidade administrativa.

Santo Estêvão/BA, 11 de maio de 2026.

Renata Kaíssa Rosas Silva
Agente de Planejamento

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias à aquisição do objeto, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

APROVADO POR:

UALEN BARBOSA BARBOSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARILLIA PASSOS FERREIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAIS

LUCIANO SANTOS VIEIRA GOMES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS
PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE

XXXXXXXXXX
SECRETÁRIO DE GOVERNO

JAMYLE FERREIRA SANTOS MONTEIRO
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA,
TRANSPORTE PÚBLICO E TRÂNSITO

RANGEL CAMPOS DA SILVA
SECRETÁRIO DE CULTURA, TURISMO,
ESPORTE E LAZER

RENATA RAMOS HAYNE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

LUCIANO BRAGA DA SILVA
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RURAL

EMANUELA FERREIRA DIAS
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

ANEXO II - LAYOTS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

CAMISA POLO
UNISEX

SELO DA PREFEITURA
E INFORMAÇÃO DA
SECRETARIA BORDADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

DISTINTIVO DE BOINA GCM – CONFECCIONADO EM METAL (LIGADE ZAMAK); BANHOS DE CROMO E DOURADO (BAIXO PERCENTUAL DE OURO); NA PARTE FRONTAL EM DESTAQUE A SIGLA GCM EM DOURADO SOBRE ELIPS E PRETA; NA PARTE INFERIOR A INSCRIÇÃO GUARDA CIVIL MUNICIPAL; COM PARAFUSO SOLDADO NO VERSO E PORCA DE ROSQUEAR PARA PRENDER NA BOINA; MEDIDAS: 47MMX45MM:



PATCH EMBORRACHADO PLACA DE COLETE GUARDA CIVIL MUNICIPAL; MODELO PADRÃO PARA FARDAMENTO E COLETE; EMBORRACHADO EM ALTO RELEVO; VELCRO COSTURADO; TAMANHO 19,5X9,8CM; COLORIDO:

Medidas



PATCH EMBORRACHADO, LOGO GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SANTO ESTEVÃO, ALTO RELEVO, VELCRO COSTURADO; TAMANHO 8X7,5CM COLORIDO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA



PATCH EMBORRACHADO, BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTO ESTÊVÃO, ALTO RELEVO VELCRO COSTURADO; TAMANHO 5,5X4CM COLORIDO:

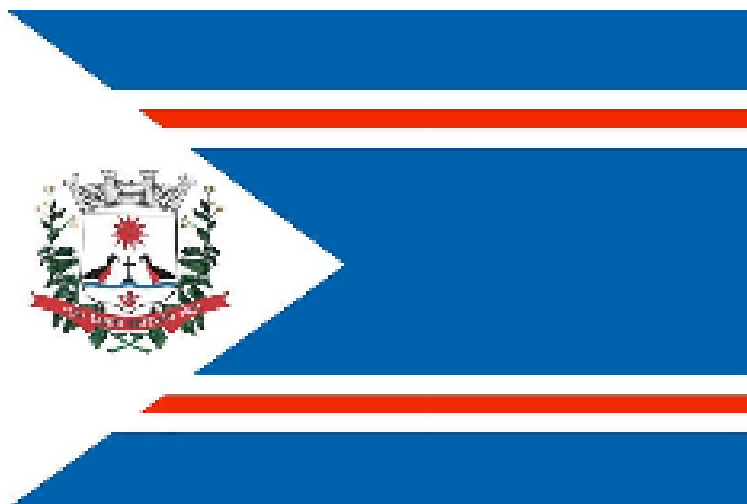
TARJETAS COM NOME DE IDENTIFICAÇÃO (NOME DE GUERRA) NA COR PRETA, PLASTIFICADA COM VELCRO MACHO DE TAMANHO APROXIMADO DE 11,5 CM POR 2 CM DE LARGURA. NOME BORDADO COM LINHA 100% POLIÉSTER TRIBOLAL NA COR AMARELO OURO:



PATCH EMBORRACHADO LOGO GUARDA CIVIL MUNICIPAL, ALTO RELEVO VELCRO COSTURADO; TAMANHO 11CM X 2CM COLORIDO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA



MODELO ASCOM



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

MODELO SEGOV



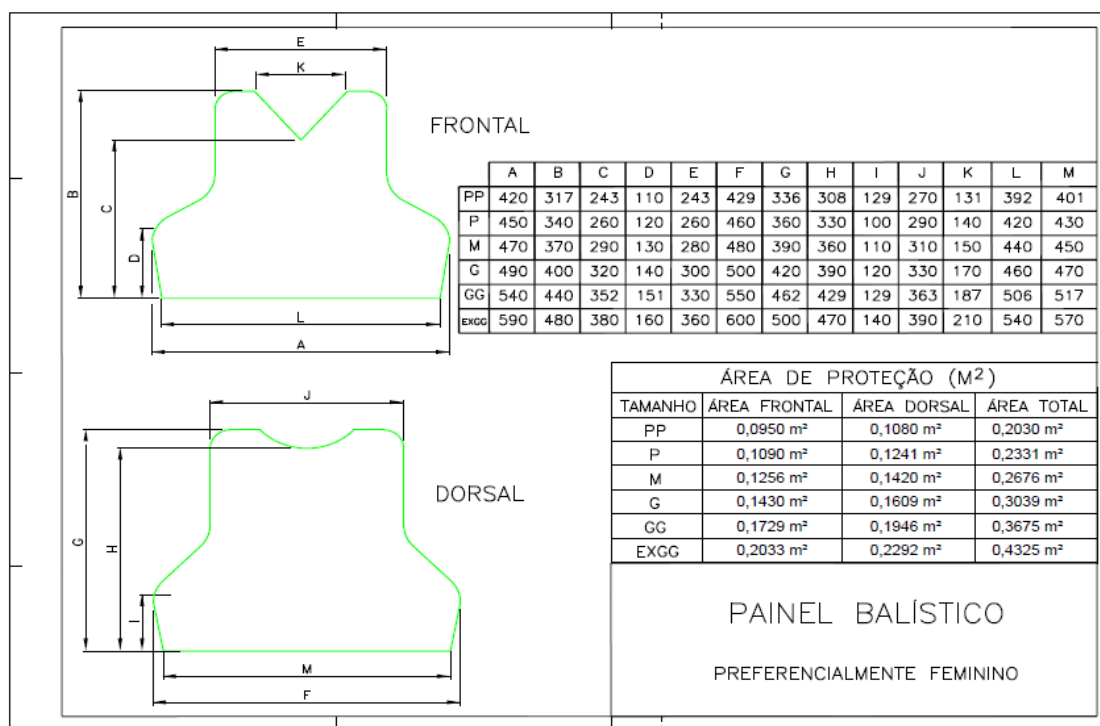
COLETE BALÍSTICO (ITEM 1, LOTE5)

Tamanho	Modelo	Molde	Nível III-A		Tamanho	Modelo	Molde	Nível III-A
PP	Masculino	SENASP	1.600		PP	Pref FEM	SENASP	1.300
P	Masculino	SENASP	1.720		P	Pref FEM	SENASP	1.400
M	Masculino	SENASP	1.900		M	Pref FEM	SENASP	1.600
G	Masculino	SENASP	2.210		G	Pref FEM	SENASP	1.750
GG	Masculino	SENASP	2.500		GG	Pref FEM	SENASP	1.900
EGG	Masculino	SENASP	3.100		EGG	Pref FEM	SENASP	2.200

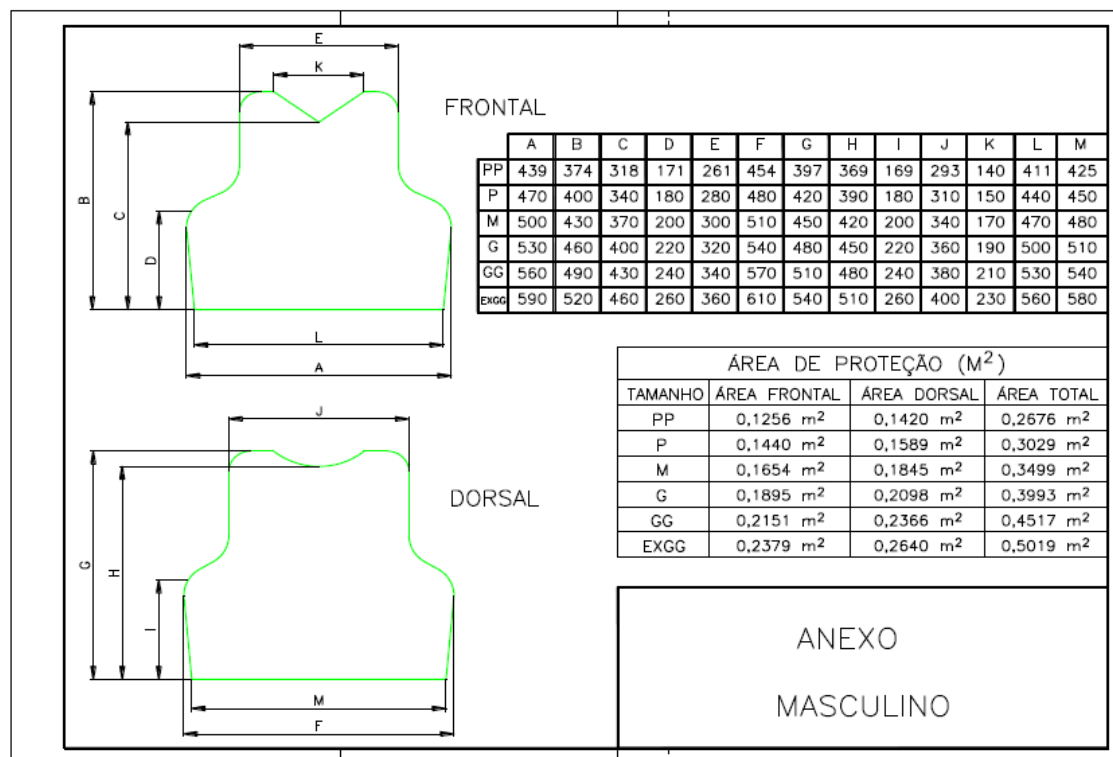
Molde SENASP

PREFERENCIALMENTE FEMININO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA



MASCULINO



Capas internas

Ensaio	Metodologia	Resultado Esperado
--------	-------------	--------------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Composição (Análise qualitativa e quantitativa do conteúdo fibroso)	NBR 13538/95 e NBR 11914/92	100% Poliamida
Esgarçamento	NBR 9925/09	Urdume: $\leq 0,5$
		Trama: $\leq 0,5$
		Carga utilizada: 12
		Pontos/cm: ≤ 5
Resistência a tração e alongamento (tiras)	NBR ISO 13934-1/16	Tração urdume: $\leq 1500,00$
		CV% Tração urdume: Máx. 3,0%
		Alongamento urdume: Máx. 25,00%
		CV% Alongamento urdume: Máx. 1,5%
		Tração trama: $\leq 1400,00$
		CV% Tração trama: Máx. 2,45%
Alteração Dimensional	NBR 10320/88	Alongamento trama: Máx. 30,00%
		CV% Alongamento trama: Máx. 2,0%
Ligamento em tecidos planos	NBR 12996/93 e NBR 12546/17	Trama/transversal: $\leq - 0,5\%$
		Urdume/longitudinal: $\leq - 0,10\%$
Densidade de fios	NBR 10588/15	Variável: Ligamento
		Resultado: Tela
Gramatura de tecidos	NBR 10591/08	Urdume: 24,0 fios/cm
		Trama: 22,0 fios/cm
Gramatura de tecidos	NBR 10591/08	Gramatura: $\geq 220,0 \text{ g/m}^2$
		CV% de gramatura: 1,59%

Tecido com gerenciamento térmico (3D)

Ensaio	Metodologia	Resultado Esperado
Composição (Análise qualitativa e quantitativa do conteúdo fibroso)	NBR 13538/1995 e NBR 11914/1992	100% Poliéster
Gramatura de tecidos	NBR 10591/08	Gramatura: Máx. 250,00%
		Coefficiente de variação (CV): Máx. 1,90%
Solidez da cor à lavagem	AATCC TM 61/2013	Alteração: Máx. 5
		Transferência Acetato: Máx. 5
		Transferência Algodão: Máx. 6
		Transferência Poliamida: Máx. 5
		Transferência Poliéster: Máx. 5
		Transferência Acrílico: Máx. 6
		Transferência Lã: Máx. 5
Resistência a tração e alongamento (tiras)	ASTM-D 5035/11	Método 1A
		Tração urdume: Máx. 260,00
		CV% - Tração urdume: Máx. 2,50%
		Alongamento urdume: Máx. 50 %
		CV% - Alongamento urdume: Máx. 4,0%
Resistência a tração e alongamento (tiras)	ASTM-D 5035/11	Tração trama: Máx. 290,00
		CV% - Tração trama: Máx. 5,80%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

		Alongamento trama: Máx. 70,80 CV% - Alongamento trama: Máx. 10 %
Rasgo (Tira simples)	ASTM-D2261/17	Rasgo urdume: Máx. 60 N CV% - Rasgo urdume: Máx. 4,5% Rasgo trama: Máx. 50 N CV% - Rasgo trama: Máx. 6,0 %
Densidade de malhas	NBR 12060/91	Colunas: Máx. 12,0 malhas/cm Carreiras: Máx. 18,0 malhas/cm
Abrasão (Martindale)	NBR 15496/20	Alteração de cor (seco): 6 Alteração de cor (úmido): 5 Nº de ciclos: 10.200 (mínimo)
Título de fios – comprimento reduzido	NBR 13216/94	Comprimento: Min. 0,60 m Sentido do fio: Trama
Determinação da hidrofiliidade ou umectabilidade – Absorção superficial de água (método gota)	AATCC 79/14	Tempo: < = 0,30 seg Desvio padrão: < = 0,10

Capas externas:

Ensaio	Metodologia	Resultado Esperado
Análise qualitativa e quantitativa do conteúdo fibroso	NBR 13538/95 e NBR 11914/92	Fibra 1: $\cong$ 66 % POLIÉSTER Fibra 2: $\cong$ 32,5 % ALGODÃO Fibra 3: $\cong$ 1,5 % POLIAMIDA
Gramatura de tecidos	NBR 10591/08	Gramatura: Máx. 235,00% Coeficiente de variação (CV): < = 0,50%
Ligamento em tecidos planos	NBR 12996/93 e NBR 12546/17	Tecido plano base tela com efeito Ripstop
Densidade de fios	NBR 10588/15	Urdume: < = 40 Trama: < = 21
Esgarçamento em costura padrão	NBR 9925/09	Trama: < = 0,5 Urdume: < = 0,5 Carga utilizada: < = 12 Pontos/cm: < = 4
Resistência a tração e alongamento (tiras)	NBR ISO 13934-1/16	Tração urdume: < = 1500,00 N CV% Tração urdume: Máx. 2,0% Alongamento urdume: Máx. 16 % CV% Alongamento urdume: Máx. 3,0% Tração trama: < = 1000 N CV% Tração trama: Máx. 3,0% Alongamento trama: Máx. 20,0% CV% Alongamento trama: Máx. 10,0%
Desvio de trama	NBR 13995/97	Menor ou igual à 6 mm

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Anexo II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ESTÊVÃO, BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça 07 de Setembro, nº 548, inscrito no CNPJ/MF sob o nº XXXXXX, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Tiago Gomes Dias, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) (EMPRESA), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na xxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome, CPF, e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no processo e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão nº XXX/2026, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no de/...../2026, Processo Administrativo n.º XXX/2026, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

O objeto desta Ata é a Contratação de empresa para Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de uniformes, EPI's, acessórios e calçados para os servidores do Município de Santo Estêvão/BA, conforme exigências e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor -					
	ESPECIFICAÇÃO	DE	IDA DE	UNT.	TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, quando houver;

2.3. Não é possível cotar quantitativo inferior ao estimado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

2.4. É vedado que outros órgãos participantes façam parte de outra Ata com o mesmo objeto.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

3.2. Além do gerenciador, há outros órgãos participantes, nos termos do art. 86, § 1º da Lei 14.133/21.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

a) Serão permitidas, somente, as adesões solicitadas por Secretarias do Município de Santo Estêvão que não tenha participado do certame. Conforme art. 86, § 3º, inciso II da lei 14.133/21.

4.3. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observado o quantitativo previsto no edital e se obrigar nos limites dele;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e mantiverem sua proposta original.

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta inicial.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, nas hipóteses previstas em lei;

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.18.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos e locais para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Ordem de classificação	Preço unitário	Preço total	Valor unitário exigido no item	Valor unitário ofertado	Valor unitário de referência

Seguindo a ordem de classificação segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
Ordem de classificação	Preço unitário	Preço total	Valor unitário exigido no item	Valor unitário ofertado	Valor unitário de referência	Valor unitário de referência	Valor unitário de referência

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Anexo III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
SANTO ESTÊVÃO, BAHIA, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE XXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

O MUNICÍPIO DE SANTO ESTÊVÃO, BAHIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Praça 07 de Setembro, Santo Estêvão/BA, inscrito no CNPJ sob o nº , neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Sr. Tiago Gomes Dias, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico PE nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de uniformes, EPI's, acessórios e calçados para os servidores do Município de Santo Estêvão/BA, conforme exigências e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do presente instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Caso o objeto envolva o fornecimento de uma só vez ou de modo parcelado, excepcionalmente, será possível a prorrogação do contrato, desde que justificadamente, pelo prazo essencialmente necessário à conclusão da entrega, conforme Art. 6, X e Art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O contrato poderá ainda ser prorrogado, nos termos dos Art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e atestado a maior vantagem econômica.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4.2. Na fase de celebração do contrato, a empresa contratada deve apresentar os atestados de capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, nos termos dos Arts. 67, § 9º e 122, §1º da Lei 14.133/21. Conforme relação à seguir:

- a) Ato constitutivo da empresa/ declaração de microempreendedor;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- f) Atestado de capacidade compatível com o objeto licitado.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E PRAZOS

7.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice anual, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021. Será utilizado o índice IPCA.

a) A data-base vinculada para o reajuste será aquela do orçamento estimado, podendo ainda, ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, nos termos do Art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.8. O reajuste só pode ser realizado após 12 (doze) meses da data base, que é a data limite para apresentação da proposta ou do orçamento.

7.9. No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo na economia contratual.

7.10. As demais regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.11. O prazo para resposta sobre os pedidos de reajuste e reequilíbrio será de até 20 (vinte) dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE, além daquelas previstas no Termo de Referência:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo, locais e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO:

8.5.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo: fiscal técnico xxx, fiscal administrativo xxx, fiscal setorial xx ou equipe de fiscalização.

8.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, ass

9.2. mindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

9.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9.10. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

9.11. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.11.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.11.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.11.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.11.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.11.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

- 9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.20. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

- 12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

- 12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- i. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- ii. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- iii. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

16.1. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Estêvão, Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Município de Santo Estêvão/BA Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

Representante legal

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____
2- _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Anexo IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

- ☐ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- ☐ Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- ☐ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- ☐ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- ☐ Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- ☐ Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- ☐ Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- ☐ Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- ☐ Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- ☐ Sim, ME ☐ Sim, EPP ☐ Não, outros enquadramentos

Local e data, (Assinatura do representante legal)
Nome e identidade do representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

Anexo V

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

PPREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de uniformes, EPI's, acessórios e calçados para os servidores do Município de Santo Estêvão/BA, conforme exigências e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

Atendendo às exigências deste EDITAL, estamos apresentando nossa "PROPOSTA COMERCIAL" relativa ao presente PREGÃO ELETRÔNICO, cujo o valor é de.....(por extenso) de acordo com as especificações relacionadas na proposta de preços em anexo.
Declaramos expressamente que:

- 1) Concordamos integralmente e sem qualquer restrição com as condições desta Licitação, expressas neste PREGÃO ELETRÔNICO, bem assim com as condições de contratação estabelecidas na minuta do Contrato anexa ao Edital.
- 2) Manteremos válida a Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.
- 3) Temos conhecimento dos locais e das condições da realização do objeto deste edital e seus anexos.
- 4) Na realização do objeto licitado (serviços/compras/fornecimento) observaremos rigorosamente as Normas Técnicas brasileiras, assumindo, desde já, a integral e exclusiva responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.
- 5) Que nos preços propostos estão incluídos todos os encargos, previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.
- 6) O Município não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais
- 7) Que está desimpedida de licitar e/ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, inclusive, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.
- 8) Que a empresa se encontra habilitada para participar do certame e efetuar contratação nos termos da legislação pertinente.
- 9) Indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10) Qualificação completa do representante da empresa que assinará o futuro contrato.
- 11) Meios de contato: Telefone, celular, e-mails.

Local e data,
(Assinatura do representante legal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO VI MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2026

À Prefeitura Municipal de Santo de Estêvão, Bahia.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE: NOME DA EMPRESA

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

BAIRRO: CIDADE/UF:

CEP: FONE: () FAX: ()

EMAIL:

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de uniformes, EPI's, acessórios e calçados para os servidores do Município de Santo Estêvão/BA, conforme exigências e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

(INSERIR PLANILHA AQUI)

VALOR TOTAL DOS LOTES R\$

***É obrigatório a indicação da marca de cada produto.**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: XXXXX (VALOR POR EXTENSO).

01 - DADOS BANCÁRIOS:

Conta n.º: _____

Agência n.º: _____

Banco: _____

02 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme Edital.

03 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

04 - PRAZO PARA FORNECIMENTO: Conforme Edital.

Local e data,

(Assinatura do representante legal)
Nome e identidade do representante legal
Nome da empresa e CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de uniformes, EPI's, acessórios e calçados para os servidores do Município de Santo Estêvão/BA, conforme exigências e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

_____(nome da empresa), estabelecida na _____(rua; nº e cidade), neste ato representada por seu representante legal _____(nome do representante), _____(nacionalidade), _____(estado civil), RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na _____(rua; nº e cidade), declara, sob as penas das Leis Cíveis e Penais, que a empresa acima citada classifica-se como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, perante a _____(Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado).

Local e data, (Assinatura do representante legal)
Nome e identidade do representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTÊVÃO - BAHIA

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS PARA ME E EPP E ATENDIMENTO DO §2º DO ART. 4º DA LEI Nº 14.133/21

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei e em atendimento ao artigo 13, § 2º, do Decreto Federal 8.538/15, alterado pelo Decreto Federal 10.273/20, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada. DECLARA por fim, ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em sintonia com o §2º, do art. 4º da Lei Federal 14.133/21.

_____, _____ de _____ de 2026.

*[Nome e assinatura do
responsável pela empresa]*